

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

GEORGE BERNARDO SOUSA MIRANDA

**O Programa Fome Zero: Leitura de uma Política Social a partir da
Folha de São Paulo.**

Niterói – RJ

2005

GEORGE BERNARDO SOUSA MIRANDA

**O Programa Fome Zero: Leitura de uma Política Social a partir da
Folha de São Paulo.**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Política Social, da Escola de
Serviço Social da Universidade Federal
Fluminense, como requisito para obtenção
do Grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. André Augusto Pereira Brandão.

**Niterói – RJ
Agosto / 2005**

GEORGE BERNARDO SOUSA MIRANDA

O Programa Fome Zero: Leitura de uma Política Social a partir da Folha de São Paulo.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Política Social, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Grau de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Augusto Pereira Brandão – Orientador
Escola de Serviço Social
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato
Escola de Serviço Social
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Rosana Magalhães
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
Fundação Oswaldo Cruz

Niterói – RJ
Agosto / 2005

*Dedico este à todos aqueles que acreditam que é possível
fazer o melhor, por si, pra si, pro outro, enfim, pro mundo!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Maria Magnólia S. S. Miranda, e ao meu pai, Francisco Bernardo de Miranda, por terem me possibilitado seguir os caminhos com os quais mais me identifiquei. Estendo os agradecimentos aos meus irmãos, Naiara e Henrique pelas pequenas confusões e alegrias características da fraternidade.

Agradeço à Juliana Bruno por tudo aquilo que me oferecestes enquanto companheira: teu afago, teu sorriso, tua alegria. Obrigado pelas - valiosas - revisões desta dissertação.

Agradeço à grande amiga Thaís Esteves pela hospitalidade e pela confiança depositada. O agradecimento é estendido ao seu companheiro Cadú, amigo das noites de insônia e boemia.

Agradeço ao conjunto de funcionários da CPGESS-UFF pela presteza e acolhimento, em especial à Lúcia Helena.

Agradeço à Professora Maria Lúcia Bosi, pela oportunidade do diálogo aberto, quando em ocasião de minha passagem pelo NESC/UFRJ.

Agradeço ao meu orientador Professor André Brandão pela objetividade com que tratávamos as orientações.

Agradeço ao conjunto de professores do Mestrado em Política Social da UFF pela disponibilidade para o debate e a interlocução.

Um abraço especial ao meu padrinho Walter, à tia Francisca e à minha prima Terezinha.

Não poderia deixar de registrar aqui a alegria imensa que tive ao compartilhar momentos de descontração e seriedade, momentos estes, entre amigos, com os quais me identifico. Aos companheiros do Movimento Estudantil de Nutrição: Antonio Leopoldo (Leo), Daniela Bornia (Dani), Ewerton Aires (Galego), Felipe Barbosa (Fulepas), Flavia Marques (Flavete), Gisele de Assis (Gisa), Isabel Crisostomo (Bel), Maria Fernanda Moratori (Marifê), Mariana Oliveira (Mari).

Agradeço à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, pelo financiamento deste estudo.

“O Brasil produz alimentos suficientes para alimentar toda a sua população e mais outros países da América Latina. Sobre comida no Brasil segundo mostram os estudos técnicos. Porém falta comida no prato do brasileiro”.

Ação da Cidadania.

“O Estado ou sociedade política é produto da correlação de forças sociais que se estabelece em determinadas conjunturas”.

Francisco Vasconcelos.

RESUMO

MIRANDA, GEORGE BERNARDO SOUSA. *O Programa Fome Zero: Leitura de uma Política Social a partir da Folha de São Paulo*. Niterói, 2005. 93f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, 2005.

A presente dissertação constitui-se como uma possibilidade de leitura acerca da política de alimentação e nutrição desenvolvida na atualidade sob o nome de Programa Fome Zero. Pautamos nossa análise recorrendo a elementos históricos que possibilitassem a observação do conjunto de ações e políticas públicas de alimentação e nutrição do decorrer histórico de nosso país. Neste sentido, compreendemos que o Fome Zero é o atual capítulo dessa discussão. Nossa Leitura pauta-se na noção de que a divulgação dos preceitos referentes a tal programa na mídia impressa, enquanto meio de comunicação de massa, pode contribuir para a efetivação do direito humano à alimentação adequada. Neste sentido, escolhemos o jornal *Folha de São Paulo* em decorrência da sua elevada tiragem e circulação nacional, além das características que o colocam como um jornal formador de opinião. O Programa Fome Zero traz à tona o debate da questão da miséria e da fome no país, um debate que por muito tempo foi velado. Dessa maneira, buscamos apresentar elementos constituintes do embate entre grupos hegemônicos e contra-hegemônicos. Desta forma, a proposta de uma política de segurança alimentar que emerge a partir da ascensão do Partido dos Trabalhadores - enquanto representante de forças contra-hegemônicas – nos parece ser uma interessante possibilidade de relatar o debate atual dos rumos da política social de alimentação e nutrição, enquanto integrante da discussão acerca da questão social no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Política social; Nutrição; Fome Zero; Mídia.

ABSTRACT

MIRANDA, GEORGE BERNARDO SOUSA. *O Programa Fome Zero: Leitura de uma Política Social a partir da Folha de São Paulo*. Niterói, 2005. 93f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, 2005.

The present dissertation consists a possibility of read concerning the feeding and nutrition politics developed in the present time under the name of Zero Hunger Program. Our analysis appealing the historical elements that made possible the comment of the set action feeding and nutrition politics public of historical elapsing of our country. In this direction, we understand that Zero Hunger is the current chapter of this history. Our reading guideline in the notion of that the spreading of the referring rules to such program in the media printed, while media of mass, can contribute for the promotion of the human right to the adequate feeding. In this direction, we choose the periodical *Folha de São Paulo* in result of its raised drawing and national circulation, beyond the characteristics that place it as a maker of opinion. The Zero Hunger Program brings up the debate of the question of the misery and the hunger in the country, a debate that for much time was guarded. In this way, we search to present constituent elements of the shock between hegemonic and against-hegemonic groups. Of this form, the proposal of one politics of food security that emerges from the ascension of Workers Party (*Partido dos Trabalhadores*) - while representative against-hegemonic forces - in them it seems to be an interesting possibility to tell a current debate of the routes feeding and nutrition social politics, while integrant of the quarrel concerning the social matter in Brazil contemporary.

Word-key: Social politics; Nutrition; Hunger Zero; Media.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 MÍDIA E COMUNICAÇÃO DE MASSA.....	25
2 POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO.....	37
3 ANÁLISE DA COBERTURA MIDIÁTICA.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90

O Cio da Terra

Milton Nascimento & Chico Buarque

*Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão
Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel
Afiagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão*

INTRODUÇÃO

“O estado nutricional é o produto ou manifestação biológica do conjunto de processos que se operam sobre o “corpo social”, é a síntese orgânica das relações entre homens-natureza-alimento que se estabelecem no interior de uma determinada sociedade. Ou seja, além de sua dimensão biológica (relação entre consumo e necessidades nutricionais), o estado nutricional expressa uma dimensão (ou determinação) histórico-social”.

Francisco Vasconcelos

Durante os anos de estudo em nível de graduação em Nutrição me foram apresentados conceitos, que em sua maioria se configuravam – desde os preceitos mais simples até às matrizes mais sofisticadas da área -, de forma puramente biológicos, quase sempre com uma abordagem reducionista e centrada no individual. Por conta dessa visão simplista das ações dos profissionais de saúde frente à demanda de serviços, encontrei dificuldades para discutir Saúde como um conceito holístico¹, em consonância com os anseios e necessidades coletivas de nossa população. De certo, a barreira a ser superada referente às análises e discussões em saúde coletiva, se deve à formação acadêmica em ciências biomédicas no Brasil. Tal formação segue uma lógica flexneriana², influenciada muitas vezes por pressões mercadológicas, preconizando a especialização e atenção terciária em detrimento à formação de profissionais engajados na atenção básica à saúde.

Vasculhando minhas memórias, tenho meados do ano de 2000 como o marco inicial de aproximação com temáticas de Nutrição em Saúde Pública e Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição. Este período refere-se à minha aproximação com o movimento estudantil, onde encontrei alguns estudantes engajados com uma abordagem mais contextualizada das ciências de saúde e

¹ Bosi (1994: 35) apresenta: “... a abordagem holística que tem como uma de suas expressões a interdisciplinariedade, pretende compreender os fenômenos integrando-os numa totalidade mais ampla, partindo portanto, de um referencial distinto do enfoque hegemônico da ciência contemporânea”.

² Concepção difundida academicamente a partir da publicação do *Relatório Flexner*, elaborado pelo então professor da Universidade Johns Hopkins (Baltimore, EUA), Abraham Flexner, em 1910, onde se imprimem características de alta especialização e o alijamento de práticas alternativas nos serviços de saúde. Para maior aprofundamento indico o artigo: KOIFMAN, L. ‘O modelo biomédico e a reformulação do currículo médico da Universidade Federal Fluminense’. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VIII (1): 48-70, mar.-jun. 2001.

nutricionais relacionadas com estudos referentes à economia e política, fazendo valer um olhar mais social – ao invés de biológico – da alimentação. Estudantes estes – que em sua grande maioria - carregavam um estigma descabido em suas escolas, faculdades e institutos em decorrência de sua militância política e contestação acadêmica. Somente para citar, muitos destes “discriminados” encontram-se entre os selecionados para cursarem estudos pós-graduados em centros de excelência em saúde coletiva no Brasil, como por exemplo, Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP-FIOCRUZ), Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo (FSP-USP) e Residência em Saúde da Comunidade - Universidade Federal do Paraná (UFPR). Minha odisséia através do movimento estudantil possibilitou a descoberta de alguns autores que normalmente não são explorados com a devida intensidade nos cursos de graduação em Nutrição. Podemos facilmente citar o clássico Josué de Castro e os contemporâneos Anna Maria Peliano (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA), Maria Lucia Bosi (Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva – NESC/UFRJ), Flavio Valente (FAO/ONU) e Francisco Vasconcelos (Centro de Ciência da Saúde – CCS/UFSC), dentre outros autores. Algumas de suas obras contribuíram em muito para a descoberta de uma “nova” perspectiva para a Nutrição e uma nova forma de ver os problemas nutricionais da população brasileira. A militância em entidades estudantis proporcionou-me uma série de idas e vindas pelo país, que de fato se constituiu como um “laboratório” onde pude observar distintas formas de pensar e fazer Nutrição, cada umas delas de acordo com uma tradição acadêmica intimamente relacionada às condições sócio-ambientais da Região de cada Universidade visitada. Tal “laboratório” complementou de forma ímpar minha formação teórica, dessa maneira sentia a necessidade de refletir a Nutrição à luz de uma observação mais direcionada as Políticas Sociais de Alimentação e Nutrição e as abordagens sócio-econômicas do consumo alimentar. Tal percepção por vezes encontra-se marginalizada academicamente, tendo em vista que nas Universidades – país afora – o ensino de ocupações em saúde tem o Cartesianismo³ predominante na formação, o que acaba refletindo na constituição de técnicos sem capacidade de reflexão crítica, necessária para compreensão e modificação social.

³ Segundo definição do MINIAURÉLIO SÉCULO XXI ESCOLAR: “*CAR • TE • SI :A • NIS • MO sm. Filos. Doutrina de René Descartes (q.v.) caracterizada pelo racionalismo, pela consideração do problema do método para obtenção da verdade e pelo dualismo*” (FERREIRA, 2001: 136) .

O interessante artigo *A formação de Pediatras e Nutricionistas: A dimensão Humana* discorre no sentido de uma educação universitária em que os profissionais formados: “são incapazes de compreender a realidade em um contexto histórico mais amplo” (Amorim *et al*, 2001: 112). Neste contexto a formação acadêmica não proporciona uma visão histórica das relações sociais. A incorporação de teorias na prática profissional faz com que o trabalhador da área de saúde não inter-relacione sua atuação imediata com as distintas e complexas relações sócio-econômicas vigentes. Em decorrência de uma abordagem centrada basicamente no indivíduo e suas perspectivas: biológica, fisiológica e clínica; os profissionais de saúde têm podada a observação macro do mecanismo saúde-doença. No caso específico do Nutricionista, tem-se reduzida sua capacidade de analisar questões referentes ao processo nutrição-desnutrição ou mesmo desnutrição-fome⁴. Pois o profissional da Nutrição não se questiona sobre as determinantes macro-estruturais que refletem na situação nutricional da população.

Amorim *et al* (2001: 115) afirmam que:

O paradigma do modelo biomédico que vigora no curso de Medicina e em outros da área de saúde, manifesta-se também na prática pedagógica do curso de Nutrição. A maior ênfase ao conteúdo biológico, em detrimento ao do social, dificulta ao acadêmico o aprofundamento de conhecimentos que lhe permitam ter uma melhor “compreensão dos determinantes dos problemas nutricionais” (BOSI, 1988). (Amorim *et al*, 2001: 115).

Em defesa de uma análise mais ampla das determinantes sociais na situação alimentar e nutricional do indivíduo e/ou da população, podemos utilizar a argumentação de Vasconcelos (2000: 21):

O estado nutricional é o produto ou manifestação biológica do conjunto de processos que se operam sobre o “corpo-social”, é a síntese orgânica das relações entre homens-natureza-alimento que se estabelecem no interior de uma determinada sociedade. (Vasconcelos, 2000: 21).

Sendo assim, fica clara a necessidade de ampliação do leque de observações e explicações acerca do estado nutricional em específico, e o estado de bem-estar sanitário de forma mais ampla. Nessa lógica, tem-se como meta a superação de modelos teóricos pautados em relações biologicistas e mecanicistas

⁴ Para maiores discussões conceituais acerca dos processos *Nutrição-Desnutrição* e *Desnutrição-Fome* ver Valente, F. L. S. & Baldijão, C. E. M. *Determinantes econômicos e políticos do estado nutricional no modo de produção capitalista*. Salvador, UFBA, 1982.

(características do “Flexnerianismo”) das causas e efeitos entre balanços de gastos e necessidades energéticas e protéicas, tanto de indivíduos quanto de coletividades.

Vasconcelos (2000: 21): “*Ou seja, além de sua dimensão biológica (relação entre consumo e necessidades nutricionais), o estado nutricional expressa uma dimensão (ou determinação) histórico-social*”. O autor ainda complementa afirmando que:

Em uma estrutura social como a nossa (capitalismo periférico ou dependente), o estado nutricional apresenta-se diferenciado entre as distintas classes sociais que a compõem, bem como entre as distintas categorias sociais e entre os distintos indivíduos que compõem estas categorias. Sendo assim, a compreensão do conceito de estado nutricional deve ser buscada a partir da identificação e análise de suas determinações gerais (ou estruturais) que correspondem aos processos mais gerais da organização social (processos econômicos, políticos e ideológicos que definem a produção e as relações de produção da sociedade); de suas determinantes particulares que correspondem aos processos específicos de organização da produção e consumo de cada grupo sócio-econômico ou classe social; e de suas determinantes individuais que correspondem aos processos de organização da produção e consumo familiar e individual (Granda e Breilh, 1989). (Vasconcelos, 2000: 21).

Podemos lançar mão de algumas reflexões sobre como o “corpo-social” descrito por Vasconcelos, conforma o “homo economicus” de Immanuel Wallerstein. Na instituição do sistema produtivo (seja ele qual for), o “corpo-social” representa o conjunto de relações desenvolvidas pelos indivíduos e distintos grupos no interior da sociedade em questão. No caso do sistema capitalista, tem-se como resultado das atribuições individuais – decorrentes de sua posição nas camadas sociais – o “homo economicus”, o qual terá em sua composição somática as marcas do “corpo-social” ao qual está vinculado. Não se trata de fazer uma análise estritamente materialista da experiência humana, até por que o ser humano se caracteriza tanto pelo trabalho (abstração) quanto pela linguagem simbólica (cultura). Vale a ressalva de que não somente os preceitos econômicos do capitalismo irão nortear as relações sociais, pois aspectos culturais e ambientais também terão suas margens de influência na constituição de práticas e representações (as quais poderiam ser chamadas de matérias-primas do “corpo-social”) no íntimo das sociedades. O conceito elaborado por Wallerstein, nos leva a um ser humano, que vive no sistema capitalista, mas que não deve ser visto apenas como um sistema econômico, mas sim como: “*um sistema social histórico*” (Wallerstein, 1985: 9).

Dessa maneira, amplia-se o número de variáveis que incidem na saúde deste *homo economicus*, a partir de seu desempenho produtivo e conseqüente posicionamento na sociedade.

Como apresentado, podemos utilizar uma imensa variedade de indicadores para diagnosticar o estado nutricional, tanto de indivíduos como de coletividades, através de análises que vão desde peso corporal até indicadores sócio-culturais. (Vasconcelos, 2000).

Belik *et al* (2001) apresentam o conceito de “*vulnerabilidade à fome*”; tal conceito refere-se à estimativa indireta de quantificação de indivíduos subnutridos e/ou famintos no interior de uma população específica. A vulnerabilidade à fome se institui como uma estimativa indireta, tendo em vista que a mensuração de pessoas que passam fome em um determinado país apresenta uma série de dificuldades metodológicas. Dentre os obstáculos apresentados na metodologia, podemos descrever: a inviabilidade de execução de pesquisas/estudos de amplitude nacional em se tratando de inquéritos alimentares e avaliações antropométricas⁵ que diagnosticassem de forma “precisa” o quadro de consumo alimentar de toda à população.

“A dificuldade de medir, de forma direta, a quantidade de pessoas que passam fome é um problema generalizado em todos os países, pois exige pesquisas extensas e dispendiosas (FAO, 1996)” (Belik *et al*, 2001: 119).

A possibilidade de alimentar-se adequadamente – e mesmo não tão adequadamente – depende de sua inclusão nos modos produtivos, e decorrente existência de renda, proveniente de sua participação no processo sócio-econômico em questão.

Nas economias mercantis, em geral, e particularmente na economia brasileira, o acesso diário aos alimentos depende, essencialmente, de a pessoa ter poder aquisitivo, isto é, dispor de renda para comprar os alimentos. (Hoffmann in Galeazzi, 1996: 195).

Nesta perspectiva, a quantificação de famintos será efetuada a partir dos níveis médios de renda da população.

⁵ Nos estudos de Nutrição e Saúde Pública, encontramos como metodologias consagradas para avaliação do estado nutricional de indivíduos e grupos, os seguintes marcos teóricos: **Métodos Diretos** e **Métodos Indiretos**. Como métodos diretos temos, por exemplo; análise bioquímica, antropometria e semiologia. Dentre os métodos indiretos descrevemos: inquéritos de consumo alimentar, questionário sócio-econômico. Para maior aprofundamento ver Vasconcelos, F. A. G. *Avaliação nutricional de coletividades*. 3^a ed. Florianópolis, UFSC, 2000. 154p.

Uma vez reconhecida a importância da renda como principal determinante do nível de bem-estar da população, o parâmetro denominado linha de pobreza (LP) passa a desempenhar papel central na determinação da incidência de pobreza no que ela depende da capacidade de consumo no âmbito privado (Rocha, 2000: 01).

Entendemos que a renda, não é – necessariamente - o principal determinante da qualidade de vida de uma população⁶, tendo em vista dados internacionais de desenvolvimento humano, em países com economias muito menos “prodigiosas” do que a brasileira. De acordo com o *Relatório Social Watch 2003* a expectativa de vida em Cuba no ano de 2000 era de 76,5 anos, enquanto no Brasil era de 68,1 anos, no Chile a média é de 75,6 anos. Para o mesmo ano, o aporte calórico médio no Brasil era de 2.985 Kcal/dia, no Chile 2.882 Kcal/dia, e em Cuba, o valor era de 2.564 Kcal/dia. Ao relacionarmos estes dados com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁷ percebemos, que não necessariamente o valor do PIB per capita seja o mais importante condicionante da qualidade de vida de uma população, o mesmo vale para o consumo calórico; contudo, concordamos com Rocha (2000) na importância significativa que a renda tem na vida das pessoas; principalmente nas sociedades mercantilizadas, como já afirmado por Rodolfo Hoffmann (Galeazzi, 1996: 195).

Sobre a relação entre consumo alimentar e poder aquisitivo, Belik *et al* (2001) afirmam:

Ante a ausência de pesquisas diretas, inúmeros pesquisadores – entre os quais destacam-se técnicos do IPEA, da CEPAL, do IBGE e de várias universidades – desenvolveram metodologias diversas para seu dimensionamento. Em geral são metodologias baseadas na insuficiência de renda monetária para alimentar-se adequadamente (Belik *et al*, 2001: 119).

Rocha (2000: 01) afirma – sobre renda e alimentação:

Isso significa que outras variáveis são relevantes para o consumidor ao fazer a escolha de sua cesta alimentar, como a praticidade do produto ou seu apelo como

⁶ Bastante elucidativo é o artigo de Labra, M. E. “*Política e saúde no Chile e no Brasil: contribuições para uma comparação*”. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 6, n. 2, p: 361-376. 2001. No referido trabalho são apresentados elementos possibilitadores de uma percepção mais ampla da assistência à saúde e qualidade de vida, na realidade desses dois países de economia capitalista periférica.

⁷ O IDH é um indicador da qualidade de vida em determinada localidade (existem dados para municípios e países) elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Para determinação do IDH são utilizadas estimativas de Esperança de vida ao nascer, Taxa de alfabetização de adultos, PIB *per capita* (em dólares), etc.

bem de qualidade superior. Resulta que o custo da cesta alimentar para as populações de mais baixa renda tem, ao longo do tempo, seu valor aumentado bem acima do índice de preço da alimentação devido à mudança da estrutura da cesta em favor de produtos, de preço mais elevado e/ou relativamente pouco eficientes no atendimento das necessidades nutricionais (Rocha, 2001: 01).

Porém, sem querermos aprofundar nossas discussões acerca das predileções alimentares da população, discorreremos sobre a delimitação da fome, enquanto face da pobreza e miséria, e que segundo o Projeto Fome Zero⁸ (2001: 10) atinge o contingente de 54,4 milhões de pessoas no Brasil.

Tais indivíduos podem ser descritos como sendo *semi-cidadãos* e/ou *não-cidadãos*⁹. Para esse contingente populacional não existe cidadania, pois os mesmos não inserem-se de forma incisiva nos aparatos de proteção social do Estado, tão pouco constituem-se como consumidores de primeira ordem no mercado. Mesmo os indivíduos que conseguem inserir-se no sistema produtivo, não gozam de uma situação altamente privilegiada, pois a o fazem de forma precária, em decorrência das características da estrutura capitalista dos países latino-americanos, que é de ordem periférica.

Com o intuito de discutir o problema da fome no Brasil objetiva-se apresentar o transcorrer histórico de ações públicas que pudessem - ou ao menos vislumbrassem – o findar do sofrimento dos paupérrimos e famintos de nosso país. Nesta perspectiva, iremos abordar as políticas de combate à fome no Brasil, através dos seguintes tipos de políticas públicas:

- Políticas Sociais;
- Políticas Agrícolas.

De certo, cada um desses eixos de intervenção se dividem em uma série de subconjuntos, que não serão aqui esmiuçados em toda sua complexidade. Propomos-nos discutir, apresentando um breve histórico - focado essencialmente nos séculos XX e XXI - das ações do Estado através de políticas de Alimentação e Nutrição. Como bases teóricas para discussão desta temática, serão utilizados trabalhos de especialistas em Política Social de Alimentação e Nutrição e

⁸ O Projeto Fome Zero é uma proposta - apresentada pelo Instituto Cidadania (vinculado ao Partido dos Trabalhadores – PT) - de Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, elaborada por especialistas da área. Dessa forma, utilizamos o mesmo, como material de referência técnica.

⁹ Para maior aprofundamento acerca da constituição das Políticas Sociais e Cidadania na América Latina, ver: Fleury, S. *Estado sem cidadãos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

Segurança Alimentar e Nutricional. Alguns dos autores aqui apresentados inserem-se no que chamaríamos de “Campo Macro-analítico da Nutrição”.

O denominado campo macro-analítico – autores, abordagens e trabalhos – se contrapõe ao Cartesianismo presente na Nutrição, através do Marxismo, que faz uma leitura do processo nutrição-desnutrição na perspectiva do materialismo histórico-dialético, como descreve Francisco Vasconcelos (2000: 127) em uma de suas obras. Outro que faz coro com Francisco Vasconcelos¹⁰ é Flavio Valente¹¹, que uma vez me relatou as dificuldades de publicar seus trabalhos em periódicos nos anos 70 e 80 em decorrência da tradição ideológica com a qual estava alinhado e pela abordagem feita entre nutrição e questão social e econômica. Valente afirmava que não queriam publicar seus estudos em revistas de Nutrição por entenderem que os trabalhos eram voltados à economia. Os economistas não queriam publicar os mesmos trabalhos porque não entediam pertinentes à ciência econômica e sim à área de saúde. E além do mais, ele não conseguia apoio da igreja para suas publicações porque – em suas palavras – ele era marxista. Enfim, por conta das fronteiras do conhecimento, e de concepções fragmentárias (oriundas do Cartesianismo), muitos trabalhos que discorriam sobre a produção social da fome não tinham sua divulgação feita com primazia.

Compreendendo o caráter endêmico da fome no Brasil enquanto problema de primeira ordem para a nação, entendemos que os estudos na área de ciências sociais aplicadas e a recente emergência da política social representada pelo Programa Fome Zero nos habilitam – quase como obrigação¹² – na tarefa de analisar – como um cronista - alguns aspectos do referido programa governamental, assim como as ações voltadas ao combate à fome. Para tal análise, utilizaremos publicações veiculadas no jornal *Folha de São Paulo* tentando extrair do montante observado alguns pontos da publicidade alcançada pelo programa Fome Zero na mídia impressa.

¹⁰ Nutricionista, Especialista em Saúde Pública e Medicina Social, Mestre em Serviço Social com concentração em Política Social pela Universidade Federal da Paraíba. Doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública. Professor titular do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina.

¹¹ Médico pela Universidade de São Paulo, Mestre em Nutrição em Saúde Pública pela Harvard School of Public Health. Foi professor das Universidades Federais da Bahia e de Santa Catarina. Membro da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional. Representante da sociedade civil no Comitê Diretivo do Comitê Permanente de Nutrição das Organizações das Nações Unidas.

¹²Compreendemos essa “obrigação” enquanto compromisso assumido na perspectiva ontológica em que estamos inseridos. Outra maneira de descrever o compromisso que assumimos é pelo viés da deontologia profissional, em específico, a deontologia do nutricionista. Interessante argumentação sobre a conceituação deontológica é feita por Kenia Beatriz F. Maia (2003) em sua tese de Doutorado, na qual discorre sobre a função mediativa do jornalista (“advogado do leitor” ou *ombudsman*) em dois jornais (*Folha de São Paulo* e *Le Monde*).

Tivemos a oportunidade de entrevistar alguns personagens envolvidos com o Programa Fome Zero. Foram realizadas entrevistas com Maya Takagi (ex-assessora técnica do MESA¹³, Dorian Vaz (ex-assessora de comunicação do MESA) e José Graziano da Silva (ex-ministro do MESA). O material fruto das entrevistas pode ser compreendido como um contraponto à versão da mídia acerca do Fome Zero; um “olhar oficial” .

Compreendemos os problemas inerentes à contraposição entre diferentes tipos de discurso (mídia impressa e relato oral), contudo acreditamos que a descrição dos fatos, em uma perspectiva histórica, tende a ser mais bem elucidada quando são utilizadas múltiplas fontes de dados e distintos olhares.

Tendo em vista que a constituição da dissertação deve atender a uma demanda, que neste caso remete ao interesse do investigador; podemos fundamentar como uma das motivações – dentre tantas - que instigaram a pesquisa, a análise de como é difundido o conjunto de ações referentes à política de segurança alimentar e nutricional desenvolvida pelo Governo Lula, levando-se em consideração o conjunto de matérias publicadas em um dos maiores jornais do país, a *Folha de São Paulo*, tido como um importante veículo de informação. O que nos instiga nesta perspectiva é a noção de que a informação não está isenta de julgamento, pois como descreve Pierre Bourdieu (in Ortiz, 1983: 120): “(...) *Ninguém é bom juiz porque não há juiz que o seja, ao mesmo tempo, juiz é parte interessada*”.

Segundo Nauroski (2002: 16):

Os grandes portais de acesso, nacionais e internacionais, assim como as grandes emissoras e canais de televisão atuam como difusores de informação na medida em que as informações são veiculadas com ou sem análises, fazendo ou não referências seus conteúdos, operam uma verdadeira descontextualização da informação, estando implícito também que os mesmos critérios que orientam esta atitude estão no processo de editoração. As notícias e informações apresentam de modo geral o quando? o que? o onde? mas escondem ou simplesmente ignoram o como? e o porquê? (Nauroski; 2002: 16).

Ao propormos uma discussão de como são apresentadas na mídia as atividades envolvidas com o Programa Fome Zero, temos em mente descrever de forma analítica – pela perspectiva antipositivista acima retratada – como se deu notoriedade aos aspectos - negativos - referentes a esse programa governamental

¹³ Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

nas páginas do jornal detentor de maior circulação no país¹⁴, além de contar com o *status* de formador de opinião. Por conta disso, acreditamos que tal análise, possibilita a percepção de como um dado setor da sociedade compreende – e divulga - a política de segurança alimentar e nutricional empregada no Brasil, a partir da eleição de Lula da Silva.

A escolha pelas abordagens negativas foi quase um imperativo no estudo, tendo em vista que das 478 matérias analisadas, somente 57 (11,9%) apresentavam abordagens positivas ou neutras¹⁵ acerca do Fome Zero, e eram emitidas por sujeitos que gravitavam em torno do governo Lula.

Para análise dos dados coletados no decorrer de nossa pesquisa, recorreremos a uma técnica metodológica característica das abordagens em pesquisa qualitativa. Neste sentido, a pesquisa qualitativa pode ser descrita pelo uso de variantes que se impõem não pela quantidade, mas, pela observação de nuances e aspectos que – a priori – somente são detectáveis a partir de olhares mais enfocados na qualificação dos fenômenos investigados a partir de abordagens descritivas.

Sobre os fundamentos que permeiam os estudo com base na pesquisa qualitativa, é apresentado por Bosi & Mercado (Bosi & Mercado, 2004: 28):

É no interior deste movimento intelectual antipositivista – que considera o conhecimento como a resultante de uma dialética entre sujeito epistêmico e o fenômeno sob estudo – onde surge e se expande o interesse pela investigação qualitativa (Bosi & Mercado, 2004: 28).

Discorrendo sobre a pesquisa qualitativa quanto a sua terminologia e funcionalidade, Bosi & Mercado, apresentam noções referenciadas a Renata Tesch:

A autora comenta, ainda outras dificuldades no uso da expressão pesquisa qualitativa, uma vez que *stricto sensu* não haveria propriamente pesquisa qualitativa mas informação qualitativa, que seria aquela que não encontra expressão em números. São estudos que trabalham predominantemente com material discursivo ou outras formas de linguagem e suas perguntas condutoras referem-se a objetos cuja natureza não admite uma resposta numérica em termos de valores absolutos, razões, proporções ou frequências de distribuição (Bosi & Mercado, 2004: 32).

¹⁴De acordo com Luca (2003: 19), o jornal *Folha de São Paulo* é o que detém a maior circulação em nível nacional. Segundo o autor os quatro maiores jornais brasileiros – em ordem de circulação são: *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*.

¹⁵ Para efeito de classificação das matérias analisadas, foram utilizadas três categorias básicas: positivas, negativas ou neutras, sendo que esta última refere-se às matérias que apresentavam dados e/ou informações sem nenhuma descrição pejorativa ou pró Fome Zero, apresentando-se quase que em sua totalidade comunicados de ações e/ou eventos relacionados ao programa.

Dessa forma escolhemos trabalhar com a técnica de análise de conteúdo denominada “Análise Temática”. Esta técnica possui basicamente três fases constitutivas: (a) Pré-análise: definição de unidade de registro (palavra-chave); (b) Exploração do Material: estabelecimento de índices para qualificação; (c) Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação: sistematização das informações e resultados em estatísticas percentuais (Minayo, 1996: 209 – 210).

Ao buscarmos referências que contribuíssem com a construção deste trabalho acadêmico, encontramos uma série de distintas abordagens na análise de dados qualitativos em estudos de comunicação de massa e mídia política. Dessa forma, parece-nos que a descrição de algumas dessas abordagens, possibilita uma melhor compreensão das técnicas empregadas no campo da pesquisa qualitativa. Iremos destacar como foram construídos outros estudos referentes à análise dos meios de comunicação.

Alves & Oliveira (2003: 15-16) apresentaram sob o título *O programa fome zero e sua divulgação na imprensa* o seu trabalho de conclusão de curso. Em tal estudo as autoras centraram-se na análise e avaliação das matérias publicadas com referência ao programa Fome Zero em 2 jornais distintos: *O Globo* e *Extra*. As autoras justificam a escolha dessas duas fontes de informação partindo da quantidade vendida na cidade do Rio de Janeiro (*O Globo*: maior vendagem no Grande Rio) e o preço da publicação (*Extra*: jornal mais acessível economicamente). Dessa forma, Alves & Oliveira (2003) buscaram ampliar sua abordagem acerca do tema em questão, onde evidencia-se – na perspectiva analítica das autoras – a tentativa de estudo, a partir da ampla difusão de um dado jornal, e para além deste fato, uma observação de como as publicações são inseridas em estratos sociais distintos.

Decerto, a situação de pertença dos dois jornais (*O Globo* e *Extra*) ao mesmo grupo empresarial, podem influir na forma como são publicadas as matérias de um mesmo assunto nos referidos editoriais.

O volume de matérias publicadas sobre o Programa Fome Zero no jornal *O Globo* foi superior ao jornal *Extra*. O conteúdo da grande maioria das reportagens publicadas sobre este tema no jornal *Extra*, foi muito semelhante ao das matérias do jornal *O Globo* (Alves & Oliveira, 2003:71).

Como as próprias autoras puderam constatar, a utilização de 2 fontes, não constituiu-se de uma ampliação significativa – qualitativamente – no conteúdo do tema proposto.

Em sua dissertação de mestrado intitulada *O papel da comunicação de massa na promoção do direito à alimentação e a reforma agrária no Brasil de Hoje*¹⁶, Solimeo Luca (2003); discorre sobre como a mídia cobriu as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nos períodos referentes ao primeiro trimestre dos anos de 2002 e 2003. Para análise, Luca (2003) contou como fonte de dados, as publicações dos quatro maiores jornais brasileiros.

Alexandre Leboutte (2003) analisa em sua dissertação de mestrado como o jornal *Zero Hora* posicionou-se – no decorrer de 16 de março até 03 de maio de 1999 – frente à possibilidade de instalação de montadoras automotivas no estado do Rio Grande do Sul, que naquele momento estava sob administração do petista Olívio Dutra. Segundo Leboutte (2003: 12) a discussão central estava na postura do jornal *Zero Hora* ante o impasse existente entre montadoras automotivas e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Em sua tese de doutorado Wellington Pereira (1999) analisa como a revista semanal *Veja* apresentou o cotidiano do presidente Collor no período de 15 de março de 1990 até 27 de setembro de 1992; tendo como eixo de análise:

Nos próximos capítulos, vamos tentar demonstrar como este estilo de *Veja*, decalcado sobre o modelo de revista da imprensa norte-americana de informação, classificou as representações do governo Collor de Mello em fatos objetivos: saber a sua ação pública de homem de Estado, e em fatos subjetivos: a sua vida privada representada (...) (Pereira, 1999: 76).

Outro estudo que merece ser destacado é a dissertação *O CR-P nas eleições de 1998 para o Governo Gaúcho: A vitória da contra-hegemonia* de Maria Lussani (2003). Neste material, Lussani (2003) utilizando-se do conceito de Cenário de Representação Política (CR-P) descreve como os jornais *Zero Hora* e *Correio do Povo* comportaram-se frente à disputa eleitoral no Rio Grande do Sul, no período de 01 de janeiro a 26 de outubro de 1998.

Em sua dissertação de mestrado em Ciência Política, Ana C. Ghisleni (*A palavra do jornal: a construção da política no espaço dos editoriais*. UFRGS, 2003)

¹⁶ Título original em inglês: *The role of mass media in the promotion of the right to food and agrarian reform in today's Brazil: freedom of expression and the media coverage of the MST in the pre-Lula and post Lula election period.*

nos apresenta como é construído o debate político no interior dos editoriais de 02 jornais (*Zero Hora e Folha de São Paulo*) no período de junho a agosto de 2002.

Depois desta aproximação com a literatura temática em voga, podemos balizar nossa pesquisa, estabelecendo sistematizações e critérios de análise, dando corpo à metodologia. Neste sentido, apresentamos o caminho que percorremos na constituição e análise do conjunto de dados coletados.

Escolhemos como veículo de informação o jornal *Folha de São Paulo* (considerado um dos maiores representantes da mídia impressa brasileira, levando-se em consideração sua tradição, tiragem, circulação e influência na opinião pública).

Justificando a escolha dos jornais utilizados em sua análise, Ghisleni (2003) descreve:

Tal opção deu-se em função de buscar-se dois veículos diários e de grande circulação. Neste universo, há que se frisar o fato de um deles, o jornal *Folha de São Paulo*, ter uma proposta editorial de caráter nacional, pautando assuntos nacionais e não só do estado onde o veículo está sediado (Ghisleni, 2003: 09 – 10).

Foram selecionadas reportagens utilizando-se o termo de pesquisa FOME ZERO, no período de 31 de janeiro de 2003 (dia do lançamento do Programa Fome Zero pelo Presidente Lula) a 23 de jane de 2004 (data de extinção do Gabinete do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome)¹⁷.

Os materiais que enquadraram-se a partir de termo de pesquisa, foram agrupados seqüencialmente de acordo com a data de publicação. Após essa primeira triagem, seguiu-se a constituição de um banco de dados pela qualificação do conteúdo focado nas matérias selecionadas.

Foram analisadas 478 matérias colhidas no Banco de Notícias Selecionadas do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (BNS-CEDI).

¹⁷Ver: Diário Oficial da União (23 de janeiro de 2004) N°16-A, Seção 1, página 03.

Desafiando Roma

Mundo Livre S/A

*Salve Marcos !
Salve, salve!*

*Combatente da contra-informação
Envenenando as redes
Cyberpunk com fuzil na mão
Disseminando a contra - hegemonia*

*Salve Marcos!
Salve, Salve!*

*Essa parte do texto eu ainda estou maquinando
Tem que ser direto e epidêmico
Não esquecerei de mencionar os banqueiros americanos
César há de tremer
Viva México!*

*Os cadáveres de Corumbiara
jamais serão esquecidos
Que as autoridades agonizem
Em noites intermináveis de pesadelos*

Salve João, Pedro, Luís, Maria, Menegheli...

1 MÍDIA E COMUNICAÇÃO DE MASSA

A articulação: trabalho, direitos e proteção social pública que configurou os padrões de regulação sócio estatal do Welfare State, cuja institucionalidade sequer alcançamos, está em crise. Crise que expressa o aprofundamento da cisão entre econômico e social, instala desregulações públicas, reitera desigualdades, confronta práticas igualitária e constrói uma forma despolitizada de abordagem da questão social fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos diferentes interesses em jogo nas relações Estado/Sociedade.

Maria Carmelita Yazbek.

Para descrevermos historicamente sobre as políticas públicas destinadas à questão alimentar e nutricional de nosso país no século XX, recorreu-se a materiais que de alguma maneira, reconstituíam a trajetória das ações destinadas a obtenção de níveis satisfatórios de produção e consumo de alimentos; tal como o alcance de melhores níveis do estado nutricional (em perspectiva epidemiológica). Para discorrermos sobre um período mais recente de “nosso passado”, no caso em específico os primeiros anos do século XXI; não tem-se a possibilidade de uma retrospectiva histórica tão clara, levando-se em consideração que os fatos históricos, não devem ser apenas classificados em decorrência da data, mas também por sua notoriedade na tomada de decisões e rumos. Sendo assim, acreditamos que a história recente das políticas públicas de alimentação e nutrição vem sendo construída no cotidiano atual; fazendo com que a nossa busca de informações seja realizada com base na história do dia-a-dia, uma história que vem sendo contada aos poucos, em pequenas tiras e notas, das quais, poderão ser observadas e extraídas informações que no futuro ajudarão a construir uma ampla retrospectiva histórica, a qual sistematizada nos devidos critérios analíticos propiciará a leitura de nossa história atual – em se tratando de políticas de segurança alimentar e nutricional – de forma semelhante à leitura que fizemos de períodos históricos mais longínquos.

Compreendemos que nossos anseios, - oriundos de uma concepção ontológica referente à nossa formação profissional e ideológica - nos forçam a fazer

uma leitura da atual política de alimentação e nutrição desenvolvidas no país. Sendo assim, lançamo-nos o desafio de ler o conjunto de ações referentes ao Programa Fome Zero na mídia impressa. Para tal utilizaremos os conceitos de *ideologia, mídia e comunicação de massa* dentre outros. Este referencial teórico tem fundamentação crítico-analítica pautada nas ciências da comunicação e ciências sociais.

Everson Nauroski aponta que: “*A gestão dos novos conhecimentos acerca do poder de atuação e convencimento da mídia é largamente utilizado pelas grandes empresas na defesa de seus interesses e ampliação dos seus mercados*” (Nauroski; 2002: 71). Nos questionamos se é válido poder dizer que a mídia também é utilizada como ferramenta de *lobby* por parte de distintos grupos políticos, ou ao menos, utilizada como forma de expressão política pelos mais distintos grupos. Nossa leitura da realidade socioeconômica brasileira – e mundial também – aponta para uma resposta positiva, para o questionamento supracitado.

Alguns estudos apresentam a discussão do poder da mídia na difusão de uma referenciada concepção ideológica, onde a representação do cenário político tende as pressões e influências de grupos privilegiados, do ponto de vista da consolidação de um bloco hegemônico - tal como apresentado por Gramsci (*apud* Nauroski; 2002). Sendo assim, fica impraticável fazer uma discussão acerca dos meios de comunicação e mídia sem que seja travado o debate sobre o embate ontológico e ideológico nos distintos grupamentos sociais frente às concepções e aos modelos de formatação societária; onde configura-se a leitura das organizações sociais enquanto instituições legitimadoras de uma estratificação dos distintos grupos sociais, em castas, classes, e demais formas de associação.

Diante da possibilidade real de conquista do poder o que aconteceu de fato após os desdobramentos da Revolução Francesa, a burguesia se estabelece como classe dominante, operando uma transformação na dinâmica do processo desenvolvimento da sociedade na qual os princípios que outrora foram defendidos de maneira universal agora tornam-se princípios que se aplicam efetivamente às classes dirigentes, e a anunciada igualdade dos cidadãos acaba sendo substituída por uma desigualdade entre proprietários e trabalhadores; a liberdade de participação política, transforma-se em dominação pela força dos centros de poder; e na medida em que as relações sociais são cada vez mais afetadas pela lógica do novo sistema imperante, vai se configurando entre os indivíduos um estado de guerra de todos contra todos, desmascarando o mito da fraternidade entre os homens (Chauí; 1997). (Nauroski; 2002: 76-77)¹⁸.

¹⁸ CHAUI, M. *O que é ideologia*, São Paulo: Brasiliense, 1997. *Apud* Nauroski (2002: 76-77).

Nauroski (2002: 11-12) afirma que:

As novas tecnologias de mídia, informação e comunicação, além de influenciar, provocam a inserção das pessoas nos jogos de poder, perpassando as relações sociais culturais, criando novos valores e influenciando os comportamentos.

Na Introdução de sua dissertação; Ana Cristina Ghisleni, referindo-se à análise de editoriais de 02 jornais (*Folha de São Paulo* e *Zero Hora*) afirma que: “*As páginas que seguem são uma possibilidade de leitura*” (Ghisleni; 2003: 08). Acreditando que um dado fato histórico pode ter as mais distintas leituras, de acordo com as noções implícitas no discurso de quem os conta; lançamos mão de uma leitura de fatos; leitura de uma dada política social: o Programa Fome Zero, que é analisado através de publicações do jornal *Folha de São Paulo*. Para tal exercício trabalharemos com elementos teóricos provenientes da comunicação social, a qual – de acordo com nossas expectativas -, pode elucidar o emaranhado político veiculado pela mídia.

Contemporaneamente, pode-se considerar que as novas configurações da mídia constituem numa instância, um organismo pluriforme que desenvolve articulações com os centros de poder, atuam como elementos estratégicos nas relações sociais, econômicas e culturais e representa hoje, como um poderoso instrumento de comunicação, informação e propagação de idéias e valores (Nauroski; 2002: 12).

A mídia institui-se enquanto espaço de atuação dos mais distintos atores políticos; lugar de pactos e contra-sensos, onde se estabelece uma praça de guerra, onde os interesses antagônicos são apresentados à luz de uma conceituação qualitativa pautada nos valores hegemônicos; ao passo que as noções de juízo e valoração contra-hegemônicas acerca de uma temática serão omitidas.

Interpretar a ideologia é explicitar a conexão entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que esse sentido mantém. A interpretação da ideologia se apóia nas fases da análise sócio-histórica e na análise formal ou discursiva, mas ela lhes dá uma ênfase crítica: usa-as como objetivo para desmascarar o sentido que está a serviço do poder. (Thompson; 2000: 35)¹⁹.

¹⁹ THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2000. *apud* Leboutte (2003: 16).

Leboutte (2003: 100) faz uma descrição interessante acerca das relações de “poder”, enquanto resultante do conjunto de “recursos” ou “capitais” (econômico, cultural e simbólico), de acordo com as categorizações de Bourdieu.

O espaço que a mídia ocupa, nada mais é do que um espaço onde encontram-se signos ideológicos conflituosos. A abordagem de cada um dos segmentos ideológicos representados, também deve ser analisada observando-se que as relações de poder subjacentes ao campo - e neste caso, se tem à noção de campo, enquanto arena de disputas; conceituação elaborada por Pierre Bourdieu – serão impressas no aparato institucional das entidades que possuem capacidade técnica e capital (seja ela qual for) propiciador de legitimidade frente às demais instituições sociais. Dito de outra forma: as empresas de comunicação ao apresentarem as notícias, discretamente ou nem tanto; também apresenta uma distinta visão acerca do tema abordado; uma possível leitura dos fatos pela ótica da própria empresa de comunicação. Essa leitura apresentada, não é necessariamente fruto de concepções positivistas que descreveriam a ação dos meios de comunicação como sendo a propagação de idéias, opiniões e juízos de valor sem a influência das mais variadas forças políticas. Ao contrário do que evocasse, a mídia tem papel central na construção do fato banal cotidiano em fato de primeira ordem. Existem trabalhos que debruçaram-se sobre *agenda settings* e o *newsmaking*²⁰ objetivando demonstrar a influência dos meios de comunicação da vida política. Discutindo acerca dos complexos mecanismos envolvidos na elaboração da newsmaking, Leboutte apresenta uma analogia onde a escala de produção de um jornal, assemelha-se do ponto de vista organizacional aos demais tipos de indústrias e fabricas (Leboutte; 2003: 21-22).

Prescindindo que: “*O jornalismo tem uma função básica: levar o fato ao conhecimento do público, tendo sempre em vista sua tão acalentada – e tão pouco explicada, ou mal-explicada – função social*” (Ghisleni; 2003: 12).

Luis Felipe Miguel nos apresenta uma citação ilustrativa de Walter Lippmann, referente às relações entre mídia e política, na qual descreve-se que: “*a ciência política é ensinada nas faculdades como não se os jornais não existissem*” (Lippmann; 1997: 203)²¹. Tal afirmação de Lippmann nos leva a uma reflexão de como as relações de poder inerentes ao debate político podem ser discutidas através dos meios de comunicação de massa. Nessa perspectiva, os meios de

²⁰ Os termos *agenda setting* e *newsmaking* designam respectivamente: Ajuste de agenda e Produção da notícia.

²¹ Lippmann, W. *Public opinion*. Reed. New York : Free Press, 1997. *apud* Miguel (2002: 156).

comunicação figuram enquanto ferramentas e instrumentos operacionais que possibilitam a ampla difusão de idéias e concepções. Contudo, compreendemos que a difusão de idéias e concepções não ocorre ao esmo; mas sim, enquanto resultado das relações de poder vigentes nas instituições sociais. Vale a ressalva, de que os atores envolvidos nas tais relações de poder, nem sempre – ou quase nunca – adentram na arena de representação política com o mesmo poderio. Assimila-se a noção de que essas relações de poder são assimétricas, e tendem a favorecer o mais forte.

(...) é impraticável imaginar imparcialidade e neutralidade nas relações entre os mass media e a sociedade em que estes estão inseridos. Quando colocados em contato com jogos de forças que atuam no mundo e suas estruturas, os mass media, passam a atuarem decisivamente como técnicas sociais, instituições gestoras que modificam e bloqueiam relações, processos e estruturas sociais, em escala nacional e global. (Nauroski; 2002: 74).

São muitas as possibilidades de analisar o conjunto de informações publicadas nos meios de comunicação; no caso específico da mídia impressa à análise de jornais pode ser feita de múltiplas e distintas maneiras, como descreve Bouza (1998: 02).

Referenciada em Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, Ghisleni afirma que: “o discurso nada mais é do que o local onde estas práticas são materializadas na linguagem” (Ghisleni; 2003: 20-21).

Ainda no campo do poder, Orlandi (2001) afirma que o discurso é o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos. Isto equivale a dizer que, na análise do discurso, a busca pelo estabelecimento de categorias que demonstrem a tentativa de estabelecimento de poderes e de verdades, é essencial. (Ghisleni; 2003: 23).

Almeida (2002: 04) fundamentando sua discussão acerca da concepção ideológica presente no discurso, utiliza a abordagem de Bakhtin, fundamentando que a linguagem deve ser analisada através da leitura das condicionantes ideológicas presentes em dado momento histórico: “*toda linguagem deve ser interpretada a partir do seu significado, do contexto, do momento histórico, das intenções do emissor e do processo histórico do interlocutor*”.

No mesmo sentido, Ghisleni (2003: 19) discorre da seguinte maneira:

Estas sutilezas de linguagem podem ser observadas ainda mais concretamente nos editoriais, ou pelo seu formato ou pela própria escolha do assunto, que segue a lógica da empresa proprietária. Além do campo da linguagem, existem sutilezas ligadas à conduta política do veículo: conduta esta ligada às fontes que são utilizadas, às trocas estabelecidas através das compras de espaços publicitários e ainda aos desejos e à simpatia política do dono deste jornal (Ghisleni; 2003: 19).

O advento dos meios de comunicação eletrônicos, sobretudo a televisão, transforma a mídia no ‘aparelho privado de hegemonia’ mais eficaz na articulação hegemônica (e contra-hegemônica), vale dizer, na capacidade de construir/definir os limites do hegemônico (da realidade) dentro dos quais ocorre a disputa política (Lima; 2002: 191)²².

Compreendendo a potencialidade dos meios de comunicação, Nauroski afirma que:

(...) os centros de poder usam a mídia – seu braço técnico-ideológico - para de maneira clara e implícita operar através de seus meios e recursos a seleção e aceitação do papel social que deverá desempenhar em sociedade, criando assim uma consciência coletiva, um imaginário social passivo e complacente com a realidade social em que vive (Nauroski; 2002: 14).

Nauroski (2002) apresenta sua discussão pautando-se claramente na perspectiva de uma atuação dos meios de comunicação como ações de regulação dos papéis sociais instituídos, entendendo que esta regulação constitui-se de conciso aparelhamento ideológico das massas, as quais estariam constantemente dominadas pela ideologia hegemônica. No entanto, os efeitos de percepção das notícias veiculadas nos meios de comunicação não são condicionantes comportamentais – *strictu senso* – de uma relação de subordinação das massas.

Diante disto, torna-se clara a tese de IANNI (2000) quando apresenta seu conceito de “príncipe eletrônico” apontando a mídia em seus diferentes segmentos como instância reguladora e articuladora dos centros de poder, promovendo a propagação da ideologia dominante e mantendo as classes subalternas num estado de dominação cultural e psicológica, impedindo a tomada de consciência, e a conseqüente ‘elevação cultural e moral’, impossibilitando a formação de um bloco histórico de contra posição ao *status quo* (Nauroski; 2002: 35)²³.

²² LIMA, V. A. de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001. *Apud* Leboutte (2003: 35).

²³ IANNI, O. *Enigmas da modernidade mundo*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, (p. 141-166) *apud* Nauroski (2002).

As mensagens veiculadas pelos meios de comunicação são direcionadas para grupos. Em específico, quando se tratando da comunicação de massa, o produto final é atingir o maior número possível de espectadores, perpassando-se barreiras etárias, de gênero, étnica, classe, etc.

Almeida descreve que a comunicação de massa deve atingir o maior número possível de receptores, independentemente de sua condição econômica, cultural, etária, de gênero, etc. Para que seja alcançado tal coeficiente de vocalização na comunicação de massa, os meios de comunicação de massa muitas vezes uniformiza a informação, dando-lhe em abordagem com baixo nível informativo, sem profundidade: “[a] uniformização se deve ao fato de ser necessário fazer chegar a mensagem a um número cada vez maior de audiência, e para tal se faz necessário o nivelamento do conhecimento por baixo, uniformizando-o” (Almeida, 2002: 12).

Dessa forma nos interessa constatar o quão bem utilizado vem sendo o espaço ocupado pela mídia na medida em que a função social do jornalismo é elucidar e informar. O pressuposto é de que as informações devem ser apresentadas de forma concisa, clara e objetiva.

Todo leitor que acompanhou a cobertura de alguma reivindicação social na qual esteve envolvido — seja um professor em greve, um colono sem-terra, um funcionário público de instituição em vias de privatização — sabe por experiência que o jornal não foi isento. Pode até ter trazido as duas versões, mas a legenda na foto, o número de manifestantes, a palavra que designa o movimento, tomam posição. E a posição negada em nome do princípio liberal do jornalismo — a imparcialidade — é que confirma a que veio a imprensa. É consenso sabê-la arauto da perspectiva histórica da burguesia e, assim, sustentação do capitalismo (Berger; 1998: 41)²⁴.

Leboutte (2003: 25) afirma que: “O Brasil também tem uma estrutura midiática oligopolizada”. Luca (2003) e Nauroski (2002: 15) apresentam posição frente ao oligopólio da informação, no que tange às possibilidades de interlocução dos distintos sujeitos, por conta da imensa concentração dos aparelhos midiáticos, o que torna restrito o acesso aos meios de comunicação; conseqüentemente, a divulgação de múltiplos olhares acerca de um tema não ocorre.

De acordo com o Observatório da Imprensa de São Paulo, o sistema de comunicação brasileiro é dominado basicamente por 7 grupos principais, ou ‘famílias’, que

²⁴ BERGER, C. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998. *apud* Leboutte (2003: 123).

também recentemente, no passado democrático demonstraram uma convergência forte em isolar atores anti-governo tais como sindicatos e movimentos sociais (Luca; 2003: 09)²⁵.

Referindo-se a obra de Hochsteoler, K., Kingstone, P. e Power, T., é apresentado que: “Os atores não pertencentes à elite, especialmente organizações populares e movimentos progressivos, encontram dificuldade em expressar pontos de vista alternativos” (Luca; 2003: 09)²⁶.

Acerca da categorização Gramsciniana de intelectualidade, Nauroski (2002: 47) apresenta:

Os intelectuais da classe dominante cumprem a sua função no mundo dos meios de comunicação de massa, de publicidade, das artes, da educação e da política, ou seja, tentam legitimar a situação vigente e torná-la aceitável à população subalterna.

A contra-hegemonia exercida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) enquanto atuação anti-sistema capitalista pode ser descrita até as eleições presidenciais de 1989, onde o partido apresentava um programa político, com forte teor classista em contraposição ao representante da ideologia neoliberal, Fernando Collor de Mello. Leboutte (2003) debatendo a tese do sociólogo José Luis Fiori²⁷ acerca da participação do Estado na regulação das forças produtivas; chega à discussão dos projetos de desenvolvimento empregados na América Latina, e em específico no Brasil. A vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais afasta mais uma vez a possibilidade de instituição de um modelo de “*desenvolvimento econômico nacional e popular*”²⁸; que era defendido naquele momento pelo Partido dos Trabalhadores. Ascendia o modelo representante da ideologia liberal, o qual

²⁵ Original em inglês: “According to the Press Observatory of São Paulo, the Brazilian media system is basically dominated by 7 major groups, or ‘families’, which also in the recent, democratic past demonstrated a strong convergence at the moment of isolating anti-government actors such as trade unions and social movements” (Luca; 2003: 09).

²⁶ Original em inglês: “Non-elite actors, especially popular organisations and progressive movements, find it difficult to express alternative viewpoints” (Luca; 2003: 09).

²⁷ José L. Fiori: graduado em Sociologia e Mestre em Economia pela Universidade do Chile (respectivamente; 1970 e 1973). Doutor em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo (1985).

²⁸ Conceito utilizado de acordo com a discussão de Leboutte (2003: 45): “Em O vôo da coruja, José Luís Fiori argumenta que, ao longo de todo o século XX, três projetos de desenvolvimento disputaram o domínio político brasileiro: o liberal, o do “nacional-desenvolvimentismo ou desenvolvimentismo conservador” e o de “desenvolvimento econômico nacional e popular”. O último, no entanto, “nunca ocupou o poder estatal nem comandou a política econômica de nenhum governo republicano”. Os dois primeiros, intercalaram-se no controle das políticas estatais em períodos às vezes longos, às vezes mais breves”.

deveria seguir os preceitos da cartilha denominada *Consenso de Washington*²⁹ (Leboutte; 2003: 55).

As mudanças internas implementadas no PT no decorrer da década de 1990 fizeram com que o partido, em 2002, abandonasse a perspectiva classista e anti-sistêmica - de até 1989 – e constituísse uma ampla aliança com outros partidos, alguns dos quais, clássicos representantes de modelos de desenvolvimento conservadores.

Contudo, o advento do PT a postos historicamente ocupados por grupos hegemônicos, traz uma nova configuração do cenário de representação do campo político, o que em certa medida, possibilita rearranjos na correlação destes grupos políticos.

Cabe ressaltar que para Gramsci (1982)³⁰ o príncipe moderno está além de uma concepção personalista idealizada na figura do condottiere. Trata-se não de uma pessoa, mas de uma organização que encontra no partido político sua performance mais evoluída, uma vez que potencializa em si as capacidades e habilidades de seus líderes e seguidores eferescendo seus sonhos e anseios de mudança. Cabe ao partido colocar-se frente ao jogo político e articular as ações que melhor viabilizem seu projeto de forma a expressar em sua prática e em seu programa as inquietações e reivindicações sociais, políticas e econômicas dos grupos que compõem e dos demais segmentos e setores da sociedade (Nauroski; 2002: 52).

Nauroski (2002) ao analisar as relações entre as conceituações elaboradas por Maquiavel, em “O Príncipe” e as formulações teóricas de Antônio Gramsci, reforça a noção de que o partido político tem a capacidade de ser o moderno condutor das vontades e projetos políticos dos grupos sociais.

No século XX, os avanços tecnológicos possibilitaram um aumento significativo no poderio – inerente – dos meios de comunicação. Sendo assim, as abordagens da capacidade de interferência dos meios de comunicação no jogo político, nos levam a discussão apresentada por Octávio Ianni, o qual apresenta o conceito de “Príncipe Eletrônico”, o qual poderia ser descrito como o quarto poder, sendo tal, alinhado aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Ianni (2000: 164)³¹ afirma que:

²⁹ Leboutte (2003: 53-54) afirma que o termo *Consenso de Washington* é uma denominação informal ao conjunto de orientações e conclusões oriundas do evento *Latin American Adjustment: How Much Has Happened*.

³⁰ GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

³¹ Ianni (2000) op cit. *Apud* Nauroski (2002: 85).

O príncipe eletrônico pode ser visto como ‘intelectual orgânico’ dos grupos, classes ou blocos de poder dominantes, em escala nacional e mundial. Em alguma medida, esses grupos, classes ou blocos de poder dispõem de influência mais ou menos decisiva nos meios de comunicação, informação e propaganda, isso é, na mídia eletrônica e impressa, sempre funcionando também como indústria cultural.

Leboutte (2003: 105) também apresenta elementos teóricos que apontam para a constituição do poder jornalístico, enquanto instância legitimadora do tecido social. Sendo que: "*Nesse sentido, o poder político fica, de alguma forma, constrangido pelo poder do jornalismo, que, em grau elevado, é o fornecedor das verdades construídas*".

Ao se colocar a questão do uso e aplicação dos meios de comunicação social, torna-se claro a necessidade de pontuar em que medida tanto as empresas, grupos sociais organizados, entidades e coletividades podem ser manipulados, e instrumentalizados, as vezes satanizados ou simplesmente marginalizados pelos meios de comunicação social (Nauroski; 2002: 75).

Sendo assim, compreende-se que a mudança de lugares ocupados pelos atores sociais, no âmbito dos campos de poder, traz consigo a focalização – por parte dos meios de comunicação - das atividades desenvolvidas por estes atores no cenário representativo. Neste sentido, a ascensão do PT nas eleições presidenciais de 2002 e a cobertura jornalística das ações do novo governo, podem ser compreendidas a partir da imensa expectativa gerada em torno desta modificação na esfera federal.

O PT apresentou o Programa Fome Zero como sendo o carro-chefe de suas políticas sociais. Dessa maneira, observou-se uma grande focalização das ações referentes a tal programa, até no sentido de cobrança, tendo em vista que o PT possui bandeiras históricas no tocante à área social, e esse fato, com certeza, gerou ansiedade na população.

Nauroski (2002: 73) afirma que: "*As pessoas buscam se situar no mundo e para isso buscam informações para orientarem suas vidas numa sociedade em constante processo de mudança*". Dessa forma a função social do jornalismo é essencial na formação de escopo referencial acerca da situação sócio-política e econômica, contribuindo para o debate proposto.

Segundo Leboutte (2003: 101):

O Estado é a instituição paradigmática de poder político, embora tenha que contar com duas outras formas de poder para conseguir exercer sua autoridade: “o poder coercitivo e o poder simbólico. A autoridade do Estado pode também se apoiar na difusão de formas simbólicas que procuram cultivar a crença na legitimidade do poder político” (THOMPSON, 2002, p.23). Caso contrário, instala-se uma crise institucional como a que acontece na Venezuela, onde o Estado tem o poder coercitivo, isto é, a polícia e o exército, mas não consegue reter o poder simbólico, pois os meios de comunicação de massa venezuelanos fazem oposição ao presidente Hugo Chavez.

Nauroski (2002) afirma:

(...) que a mídia não é algo monolítico, não se trata de um substrato estrutural que segue as mesmas normas de maneira rígida e fixa. Há espaços de crítica e discordância. Porém mesmo sendo questionada e as vezes vigorosamente atacada a força, mesmo diante da concorrência e da disputa pela audiência e espaço o dinamismo de sua atuação forçam a assimilação de seus valores e idéias que paulatinamente vão plasmando no imaginário social das massas uma visão de mundo altamente favorável aos interesses dos centros de poder (Nauroski; 2002: 59-60).

No caso brasileiro, uma questão a ser discutida é como os meios de comunicação – enquanto setor oligopolizado e conservador – veicularam informações acerca das medidas do novo governo instituído perante a população.

Propaganda

Nação Zumbi

*Comprando o que parece ser
Procurando o que parece ser
O melhor pra você
Proteja-se do que você
Proteja-se do que você vai querer
Para as poses, lentes, espelhos, retrovisores
Vendo tudo reluzente
Como pingente da vaidade
Enchendo a vista, ardendo os olhos
O poder ainda viciando cofres
Revirando bolsos
Rendendo paraísos nada artificiais
Agitando a feira das vontades
E lançando bombas de efeito imoral
Gás de pimenta para temperar a ordem
Gás de pimenta para temperar
Corro e lanço um vírus no ar
Sua propaganda não vai me enganar
Como pode a propaganda ser a alma do negócio
Se esse negócio que engana não tem alma
Vendam, comprem
Você é a alma do negócio
Necessidades adquiridas na sessão da tarde
A revolução não vai passar na tv, é verdade
Sou a favor da melô do camelô, ambulante
Mas 100% antianúncio alienante
Corro e lanço um vírus no ar
Sua propaganda não vai me enganar
Eu vi a lua sobre a Babilônia
Brilhando mais do que as luzes da Time Square
Como foi visto no mundo de 2020
A carne só será vista num livro empoeirado na estante
Como nesse instante, eu tô tentando lhe dizer
Que é melhor viver do que sobreviver
O tempo todo atento pro otário não ser você
Você é a alma do negócio, a alma do negócio é você
Corro e lanço um vírus no ar
Sua propaganda não vai me enganar*

2 POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

2.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À FOME: ALGUNS ASPECTOS CONCEITUAIS

Por conta do Programa Fome Zero, muito se tem falado de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Contudo, nos questionamos acerca da profundidade desses debates em torno do tema. Mesmo estando – em dada medida – sob o enfoque da opinião pública nacional, muitos dos aspetos inerentes ao conceito de SAN não são abordados.

Contudo, não podemos ser ingênuos o bastante para crer que a população em geral terá acesso ao debate em torno da SAN como conceito em construção. Essa tarefa está vinculada aos estudos e pesquisas desenvolvidos pelos teóricos e especialistas que declinam-se sob a discussão. Por conta disso, pretendemos apresentar alguns pontos que nos parecem fundamentais para o entendimento da SAN. Decerto nossa abordagem será pautada na perspectiva de nossa leitura dos problemas alimentares brasileiros.

Essa discussão nos parece ser básica, para que a partir da forma como compreendemos certos conceitos possa ser apresentada e defendida nossa leitura da questão alimentar e nutricional no Brasil.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional vem sendo construído no decorrer de várias décadas, e toda a construção teórica em torno do tema nos leva conseqüentemente ao campo de disputas internas, que em todo momento tentam legitimar uma dada visão acerca de um corpo substancial de idéias.

Elaborei como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) uma monografia denominada *Análise da Evolução do conceito de Segurança Alimentar e as Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição no Brasil* (Miranda, 2002). Nesta monografia trabalhei com a construção do conceito de SAN e suas conseqüentes influências nas formulações de políticas de alimentação e nutrição no Brasil.

Fazendo uma linha do tempo, podemos observar que o conceito de SAN vem sendo construído a partir de uma série de embates.

O conceito de Segurança Alimentar, durante boa parte do Século XX, sofreu modificações. No entanto, e apesar do transcorrer das referidas transformações conceituais, pode-se destacar duas linhas teóricas, como sendo as de maior relevância para concepção referente à Segurança Alimentar. Essas duas visões

conceituais podem ser classificadas como: "Produtivista" e "do Direito Humano". (Miranda, 2002: 07).

A tese produtivista emerge na Europa do pós – 1918, como relatado no Projeto Fome Zero (2001: 11):

Foi pouco depois de terminada a Primeira Guerra Mundial que se começou a ter registro, na Europa, da utilização do termo "segurança alimentar". A traumática experiência da guerra havia demonstrado, mais uma vez, que um país poderia dominar o outro caso controlasse seu fornecimento de alimentos.

Podemos dizer que a tese produtivista surgia em decorrência da vinculação do conceito de Segurança Alimentar com todas as etapas do sistema produtivo; pois o fornecimento de alimentos é apenas uma das etapas do processo de produtivo por qual o alimento passa, dentre outros temos: produção, armazenamento, distribuição, etc. Vale chamar a atenção, afirmando que cada uma das etapas descritas constitui-se do emprego dos mais variados e distintos métodos tecnológicos que propiciam o beneficiamento e processamento dos gêneros alimentícios, possibilitando assim o adequado (ou nem tanto) consumo alimentar.

Valente (2002: 40) afirma que a origem da conceituação da Segurança Alimentar pode ser atrelada ao conceito de Segurança Nacional, já no início do século XX.

O próprio Valente (2002: 40) também descreve:

As primeiras referências ao conceito [**de Segurança Alimentar**]³² em âmbito internacional se reportam, segundo Lehman, à década de 1940, no bojo do processo de criação da Organização para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO/ONU).

Maria Antonia Galeazzi afirma que:

As questões sobre Segurança Alimentar tomaram corpo, em sua fase mais importante, na Europa, no Pós-Segunda Guerra, quando estabeleceram-se políticas continentais para que as garantias de acesso à alimentação pudessem ser mantidas em quaisquer situações, até mesmo em outros conflitos daquele porte. (Galeazzi in Galeazzi, 1996: 133).

³² Grifo meu.

Dessa maneira surge o debate que vinculava a soberania nacional com a possibilidade de uma nação produzir ou não alimentos em quantidades necessárias para suprir a demanda de sua população, mesmo que em condições de adversidade.

No ano de 1953, na VII Sessão da Conferência da FAO³³ foi feita a primeira alusão à assistência alimentar como referente à Segurança Alimentar. A assistência alimentar embasava-se na utilização dos excedentes alimentares (Valente, 2002: 41).

Uma consequência dessa preocupação foi o fortalecimento da noção de que a questão alimentar de um país estava estritamente ligada à sua capacidade de produção agrícola. Tal noção, que acabava excluindo outros aspectos da questão, manteve-se até quase o final da década de 1970 (Instituto Cidadania, 2001: 11).

Neste sentido, a conceituação da Segurança Alimentar é constantemente relacionada ao paradigma produtivista desde sua origem. É afirmado por Elisabete Salay que os primeiros esforços instituídos pela FAO direcionavam-se para políticas que fomentassem o desenvolvimento da capacidade de produção agrícola:

No primeiro esforço da FAO para elaborar um manual sobre política de alimentação (FAO, 1969) acreditava-se que a produção de alimentos era o fator que determinava, em última instância, o estado nutricional da população. (Salay, 1993: 06).

Esta correlação se institui no decorrer dos anos e somente a partir da década de 1970, tal cenário – mesmo que timidamente - começa a mudar.

Uma consequência dessa preocupação foi o fortalecimento da noção de que a questão alimentar de um país estava estritamente ligada à sua capacidade de produção agrícola. Tal noção, que acabava excluindo outros aspectos da questão, manteve-se até quase o final da década de 1970. Nos primeiros anos dessa década, vivia-se um momento delicado, em que os estoques mundiais de alimentos estavam bastante escassos, com quebras de safra em importantes países produtores e consumidores. (Instituto Cidadania, 2001: 11).

No ano de 1974, ocorre a Conferência Mundial de Alimentação (FAO/ONU), neste evento, evidenciava-se a noção de Segurança Alimentar vinculada ao desenvolvimento dos parques agroindustriais, sem ser feita a devida alusão ao

³³ *Food and Agriculture Organization* (FAO) foi criada em 1945, e é vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). (Vasconcelos, 2002: 133; Valente, 2002:40-41; Instituto Cidadania, 2001: 11).

debate acerca do direito humano à alimentação. No Projeto Fome Zero (2001), é apresentada a seguinte afirmação:

A discussão então travada deu-se quase exclusivamente sobre as políticas agrícolas, reforçando a crença de que a segurança alimentar dependia fundamentalmente de uma política de armazenamento estratégico, devendo-se fazer crescer os estoques e assegurar a consolidação de acordos internacionais sobre diferentes produtos agrícolas. (Instituto Cidadania, 2001: 11).

Na década de 1980 o debate sobre SAN vem acrescido da discussão do acesso adequado a alimentação com a redução dos índices de pobreza e indigência, através de uma melhor distribuição das riquezas produzidas socialmente.

Temos como avaliação do período entre os anos 70 e 80, que a definição de Segurança Alimentar passa por reestruturações, partindo de uma discussão prioritariamente do “Negócio Agrícola” e chegando à esfera do acesso alimentar oriundo de uma melhor distribuição de renda (Miranda, 2002: 11).

Como desdobramentos do debate deflagrado nos anos 1980 acerca da SAN, tem-se nos anos 90 a discussão deste conceito correlata com padrões de desenvolvimento local sustentável e melhoria dos índices de qualidade de vida.

O entendimento do conceito de Segurança Alimentar chega à década de 90 com um acúmulo de debate oriundo dos anos 80, resultando em abordagens centradas na bioética, controle social, agroecologia e desenvolvimento sustentável. Dessa forma o conceito de Segurança Alimentar consolida-se como ponto de pauta nas discussões de qualidade sanitária, biológica, nutricional e cultural dos alimentos (Miranda, 2002: 11).

Chega-se ao século XXI e o debate em torno de conceitos e estratégias de promoção da SAN não cessa. As contribuições dos vários segmentos envolvidos nas discussões acerca da SAN permitiram que tanto as formulações teóricas quanto práticas referentes ao tema viessem à tona na cena política atual, tendo como característica uma ampla gama de abordagens, contudo, em todas elas, faz se necessário um olhar sistêmico, interdisciplinar e intersetorial que permita a efetivação da SAN através de práticas sustentáveis de produção agrícola, distribuição adequada – do ponto de vista quantitativo e qualitativo – de gêneros alimentícios, promoção de hábitos alimentares saudáveis, melhoria dos indicadores de saúde e educação, etc.

Com os avanços obtidos na década de 90, podemos perceber a consolidação da Segurança Alimentar como direito de todo ser humano, em quantidades que perfaçam suas necessidades; fornecimento alimentar que respeite suas crenças e cultura, tal qual sua preferência. E com uma produção alimentícia pautada em modelos de desenvolvimento sustentável, como a agroecologia. Também deve ser feito ressalvas à melhor distribuição – redistribuição igualitária – de capital e renda como meta inerente ao alcance da seguridade alimentar (Miranda, 2002: 14).

Ao que se vê, o debate da SAN avançou para além da noção de que é necessário produzir alimentos. Neste sentido, acreditamos que a SAN constitui-se enquanto forma de melhoria da qualidade de vida a partir de ações que possibilitem adequada produção e distribuição dos bens e riquezas socialmente produzidos.

Levando em consideração o quadro de desigualdade social deflagrado em nosso país, compreendemos que uma política social de alimentação e nutrição deve propiciar; às camadas populares palperizadas; o adequado acesso ao alimento. Alimento, que segundo nossa leitura, institui-se enquanto apropriação material do mundo, degrau para o alcance de outros mínimos sociais.

2.2 POLÍTICA SOCIAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Podemos descrever, que um dos principais pontos para a perpetuação da fome no transcorrer histórico brasileiro foi o modelo de produção agrícola adotado desde os séculos XV e XVI. A colonização teve como traço marcante à exploração dos recursos naturais disponíveis em abundância nestas terras. O Brasil, sempre teve como característica um modelo de produção – no tocante à agricultura – denominado agro-exportador, o que acarretava em alguns problemas de abastecimento alimentar para os que aqui habitavam.

Neste sentido, tem-se a seguinte afirmação:

Apesar de o Brasil colonial estabelecer-se como área de exploração e produção agrícolas, a preocupação com as culturas alimentares surge já no século XVI em função da monocultura, que não deixava espaço para a produção de ‘mantimentos’. (Belik *et al*, 2001: 120).

Segue-se a este fato uma série de atitudes administrativas adotadas no período colonial - como, por exemplo, o dízimo e o recrutamento - que reforçaram características deficitárias da estrutura de produção e abastecimento de alimentos. No desenrolar histórico, ainda temos no advento da cafeicultura, mais um problema

para o desenvolvimento de estruturas agrícolas favoráveis à produção em quantidades adequadas de gêneros alimentícios que se faziam necessários para grande parcela da população; que nesta época se deslocava – de forma maciça – do meio rural para os centros urbanos³⁴.

Com o fim da escravidão e a ascensão da cafeicultura, se agrava o problema de abastecimento; pois segundo Belik *et al* (2001: 120): *“Faltavam braços para cultivar a terra e havia mais bocas para alimentar nas cidades”*.

Atrelados aos problemas de produção e abastecimento, o passado escravista do Brasil, constituía-se como agravante da questão social de nosso país; onde se discutia a instituição de direitos civis somente nas últimas décadas do século XIX; fato este que ganha importância na medida em que outros Estados já faziam tal debate desde o século XVIII. Neste sentido é afirmado por Gomes³⁵ (Abreu & Soihet, 2003: 155): *“Ao lado da grande propriedade e do poder privado dos senhores, a escravidão tornou-se experiência e herança que sem dúvida, marca até hoje o processo histórico de construção da cidadania no Brasil”*.

Sobre a história de carências nutricionais de nosso povo, temos como emblemática a afirmação:

Prossegue no Brasil Colônia e Império com os negros escravos e pequenos produtores rurais agregados às grandes propriedades. Estende-se por todo período da Velha República e do Estado Novo, no Nordeste, nas áreas rurais e nas periferias de todas as maiores cidades do país. (Valente, 1997: 23).

Com relação às políticas sociais, instituídas no Brasil, na era republicana, é afirmado por Feliciello & Garcia (Galeazzi, 1996: 223):

(...) as questões sociais no Brasil no Brasil tiveram três tipos de abordagens: como ‘caso de polícia’, como assistencialismo e como política social. As duas primeiras predominaram antes da industrialização, na medida em que a preocupação com a conservação e a reprodução da força de trabalho não se fazia presente, já que a economia rural não requisitava mão-de-obra qualificada nem a submetia a condições que exigiam intervenções específicas como habitação, educação, saúde, transporte, acesso à alimentação, entre outras.

³⁴ Belik *et al*, op. cit., p. 120.

³⁵ É apresentado por Angela de Castro Gomes interessante estudo acerca da construção histórica da cidadania no Brasil, denominado *Venturas e desventuras de uma república de cidadãos in* ABREU, M. & SOIHET, R. (org.) *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

Chega-se ao início do século XX, e o Brasil ainda não contava com uma estrutura satisfatória para comercialização dos gêneros alimentícios, o que de certa forma auxiliava na ação de especuladores. As sistemáticas falhas no abastecimento alimentar; característica histórica do parque agro-industrial brasileiro, agravada com o envio de grandes quantidades de alimentos para a Europa, em guerra; atreladas ao processo político da época contribuíram para a deflagração da primeira greve geral do país. Sobre o período é afirmado:

Este momento, meados do ano de 1917, está assinalado pelas grandes agitações do movimento operário, quer no Rio, quer em São Paulo, o que obviamente, tem intrínseca relação com o surgimento de uma preocupação mais regular sobre a legislação social por parte dos meios políticos e empresariais. (Gomes, 1979: 25).

Belik *et al* (2001: 120) afirmam que problemas de abastecimento alimentar (em decorrência da precária infra-estrutura comercial) contribuíram para a elevação dos preços dos gêneros alimentícios nas cidades, situação que se agrava cada vez mais com a especulação.

O ano de 1917 representa um marco dos problemas de alimentação, com o problema da carestia, apresentando-se como o estopim para a deflagração de manifestações e da primeira greve geral operária da nossa história, que teve lugar na cidade de São Paulo (Belik *et al*, 2001:120).

A agitação dos trabalhadores (movimento operário) descrita a partir de 1917 (e prosseguindo até a década de 20) tem íntima relação com a implementação de uma legislação social.

Com tais elementos históricos, e utilizando-se da percepção de que a luta por direitos surge a partir da mobilização dos ditos “desprovidos” - os quais não são destituídos de entendimento e perspectiva com relação a sua própria vida – levam a interessante afirmação de Luís Werneck Viana³⁶, que discorre sobre alguns modelos de análises do processo decisório político que são apresentadas sem uma correlação direta de embate e pressões provenientes do conflito entre distintos grupos. Neste sentido, tem-se certa displicência quando trata-se do resgate histórico dos fatos pertinentes aos grupos que não são – ou não encontram-se – hegemônicos em determinado período. Esse comportamento analítico segue o

³⁶ Luís Werneck Viana *apud* Gomes, A. M. C. *Burguesia e Trabalho. Política e Legislação social no Brasil. 1917-1937*. Rio de Janeiro: Editora Campus: 1979. p. 45.

conceito denominado por Viana como sendo a Ideologia da outorga, onde pode ser descrita: “*suspensão da memória das classes subalternas, que apareciam como incapazes de reivindicar seus direitos elementares por si só*” (Gomes, 1979: 45). Utilizando-se de tal afirmação, nos é permitido justificar a criação do Comissariado de Alimentação Pública em 1918, como resultado das ações (e pressões) dos trabalhadores urbanos caracterizados neste período. Nesse cenário, podemos entender que essas políticas públicas são voltadas para a proteção social dos trabalhadores no meio urbano, tal como a intenção de extrair mais-valia dos mesmos.

Uchimura & Bosi (2003) fazendo uma retrospectiva das políticas públicas de alimentação, afirmam que desde 1918 tem-se a intervenção do Estado no setor. Fato este configurado pela instituição do Comissariado de Alimentação Pública.

Feliciello & Garcia analisam a questão social no Brasil - nos subseqüentes anos pós-1917 - a partir do desenvolvimento urbano-industrial, onde se conforma - em nível de seguros - uma legislação social e trabalhista que além de assumir a conotação de previdência social para os trabalhadores ligados ao setor produtivo, visava ainda: “a reafirmação de um Estado paternalista, provedor e benevolente” (Galeazzi, 1996: 224).

No intuito de apresentar a gênese da questão social à brasileira, Vasconcelos (1988) utiliza a discussão de Alencar *et al*³⁷, onde a preocupação da classe dominante com a classe trabalhadora se dá através da oferta de condições mínimas que possibilitassem aos trabalhadores, a inserção no mercado consumidor, além de evitar crises sociais. Nessa lógica, a ação estatal - no caso, a intervenção - tem início no final da década de 1920.

Fleury (1980: 25) analisando os períodos, anterior e posterior, à revolução de 30, afirma:

Com relação à Previdência Social, o que se pode observar imediatamente é a diferença em relação ao período anterior, quando o Estado não possuía um projeto próprio para a questão das relações sociais, e nos anos 30 a questão social vai ser parte de um projeto consciente de hegemonia, visando a enquadrar um modelo corporativo as relações entre Estado e trabalhadores, via estrutura da Previdência Social. (Fleury, 1980: 25).

³⁷ Alencar, F. *et al* (1979) *apud* Vasconcelos (1988: 17-18).

A capilarização das ações estatais, no que se refere à Previdência Social, quando abordada pelo viés dos direitos sociais, nos fornece elementos que reforçam algumas características de períodos ditatoriais; onde são cerceados os direitos políticos. Esta prática política configura-se como tentativa de obtenção de legitimidade pelo governo, a partir de cooptação de parcelas importantes da população.

Nesta época, a cafeicultura cedia espaço à produção de outros gêneros alimentares. Contudo, essa “abertura” para a produção de outros alimentos se deve à pressões mercadológicas e não a uma decisão governamental; pois o preço do café em baixa não satisfazia o interesse do mercado, o que forçou um recuo da cafeicultura brasileira. No ano de 1929 ocorreu a quebra de Bolsa de Valores de Nova Iorque, fato este que acabou gerando grande desconfiança por parte dos investidores e um quadro significativo de retração econômica, conhecido como “depressão”. Tal episódio com certeza teve seus reflexos na economia brasileira, que tinha – até então – no café seu principal trunfo na produção de divisas econômicas através dos mecanismos de regulação da balança comercial.

Chega-se a década de 30, na qual o Governo Vargas instituiu uma série de políticas federais de caráter intervencionista no abastecimento de alimentos. No entanto existe um problema relacionado com a crise da agricultura de café: o êxodo rural. Pois a cafeicultura continha uma grande parte da população brasileira no campo; e com o declínio da produção, este contingente populacional, potencialmente iria (e foi), engrossar as fileiras rumo à cidade grande, na tentativa de ingressar no “mundo” dos direitos sociais e trabalhistas³⁸. Contudo, a queda na produção de café, abre espaço para o cultivo de outros alimentos; o que beneficiaria o abastecimento de gêneros de primeira necessidade.

Os anos 30 destacam-se como período inicial das ações do Estado no controle do setor produtivo, e equilíbrio do mercado interno e externo. (Belik *et al*, 2001:120). Decerto podemos interpretar esse aparato estatal - característico do Governo Vargas – como uma estrutura que assegurasse lucro à burguesia industrial que começa a despontar ao passo que a aristocracia rural (produtores de café em sua maioria) já não era a única detentora do “progresso nacional”. O modelo de desenvolvimento político-econômico empregado na América Latina na década de 30

³⁸ De acordo com Angela Gomes (ABREU, M. SOIHET, R., 2003: 160) a inserção legislativa de Direitos Sociais dos trabalhadores urbanos ligados ao setores produtivos ocorreu na década de 30, ao passo que a inserção os trabalhadores do meio rural ou não ligados ao setor produtivo (domésticos e autônomos) ocorre somente após 1964.

apresenta-se com o fortalecimento de uma burguesia industrial e o declínio das aristocracias rurais, fatos estes que em muito contribuíram para uma nova formatação da estrutura Estatal, mudando a dinâmica entre as distintas classes e também entre os diferentes “nichos de classe”, no caso - por exemplo – a antiga elite rural e a nova elite industrial. Interessante argumentação sobre o período e região em questão é feita por Pinheiro (1995: 72):

O Estado assume as rédeas do processo de desenvolvimento interno, protegendo a atividade econômica nacional, promovendo a acumulação inicial de capital, fornecendo a infra-estrutura e planejando o modelo substitutivo. Surge o Estado desenvolvimentista trazendo consigo o centralismo, o autoritarismo, o nacionalismo e o populismo. Tal movimento apresenta como casos paradigmáticos os governos de Vargas no Brasil, de Perón na Argentina e, em alguma escala, de Cárdenas no México. (Pinheiro, 1995: 72).

Sendo assim, é perfeitamente tangível falar de um meio propício para o desenrolar da atividade econômica a partir das relações produtivas do capitalismo urbano-industrial.

Neste cenário, que combina produção agrícola ineficiente com direitos civis ainda em consolidação, tem-se a criação da Comissão de Abastecimento (decreto-lei N° 1507 de 16 de setembro de 1939), órgão responsável pelo controle de produção e comercialização de uma série de produtos, inclusive gêneros alimentícios, pretendendo ofertar - a preços estáveis - tais produtos para a população. Uma das mais importantes contribuições da Comissão de Abastecimento foi a criação dos Restaurantes Populares e auxílio ao setor produtivo agrícola. No entanto, a guerra e a desvalorização da moeda brasileira influenciaram na alta dos preços dos mais distintos produtos, inclusive o custo final da alimentação (Belik *et al*, 2001: 120). Tal autarquia podia comprar, vender e requisitar produtos (não só alimentos) e depois distribuí-los à população. Tais ações refletem o tipo de política intervencionista implementada pelo governo do Presidente Vargas. Como iniciativas interessantes remanescentes da Comissão de Abastecimento, tem-se os Restaurantes Populares e o incentivo a produção agrícola.

Sobre a emergência da ciência da Nutrição (enquanto área de conhecimento e profissionalização específicas) é apresentado:

No Brasil [...] a Nutrição teria surgido no decorrer dos anos 1930-1940, como parte integrante do projeto de modernização da economia brasileira, conduzido pelo chamando Estado Nacional Populista, cujo contexto histórico delimitou a

implantação das bases para a consolidação de uma sociedade capitalista urbano-industrial no país. (Vasconcelos, 2002:128).

Nesse contexto o Dietista/Nutricionista³⁹ surgia enquanto responsável pelo desenvolvimento de atividades administrativas e gerenciais relacionadas à alimentação e nutrição.

Os Restaurantes Populares – por exemplo – podem ser definidos como originários de uma ampla articulação entre o Governo e a Sociedade, como pode ser observado em Vasconcelos (2002: 130):

(...) a partir da segunda metade dos anos 1930, passaram a evidenciar uma certa organicidade intelectual com o chamado Estado Populista, contribuindo para a formulação das primeiras medidas e instrumentos da Política Social de Alimentação e Nutrição no Brasil. (Vasconcelos, 2002: 130).

Contudo o preço dos alimentos continuava aumentando; fato que de acordo com Belik *et al* (2001: 120) era decorrente da: “desvalorização da moeda nacional que tornava mais caras as importações e escassos os produtos de origem nacional”.

O primeiro órgão público destinado à política de alimentação e nutrição a ser criado no Brasil foi o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) em 1940. A criação do SAPS é correlata com a institucionalização da profissão de Nutricionista, tal como: “o modelo capitalista de produção se vinculava à política populista da década de 1940” (Gomes, 2000:32).

O SAPS, como órgão público, desenvolvia atividades assistenciais, por meio de políticas setoriais. Característica de suas formas de intervenção era a perspectiva de resolução dos problemas alimentares da população brasileira a partir da educação.

Discorrendo sobre a ênfase na educação nutricional que permeava as práticas instituídas, Lima (2000: 19) aponta:

A despeito da discussão ao longo do tempo, a educação nutricional, em sua versão justificadora, tem-se fundamentado na ignorância como fator determinante da fome e da desnutrição na população de baixa renda, a qual tem-se constituída em destinatária prioritária das ações educativas. (Lima, 2000:19).

³⁹ No Brasil, os termos *Dietista* e *Nutricionista* designavam o mesmo profissional nos anos iniciais da profissão. Porém, no transcorrer histórico da profissionalização, convencionou-se denominar *Dietista* o profissional de formação em nível técnico, e *Nutricionista* é a denominação do profissional com formação de nível superior.

De forma mais simples podemos utilizar uma frase da autora, que certamente enquadra-se na concepção vigente à época: “atribuí-a-se a responsabilidade da fome, em última instância, ao próprio faminto, justificando que o pobre não sabe comer” (Lima, 2000: 21).

Com a divulgação de trabalhos desde os primeiros anos da década de 1930, Josué de Castro e demais acadêmicos comprometidos com a perspectiva social da Nutrição; a citar, por exemplo: Gilberto Freyre (este não necessariamente ligado à Nutrição) e Nelson Chaves; figuram como impulsionadores na discussão da fome em novos termos.

Da década de 40 em diante, a problemática da fome, recebe uma nova “roupagem”, e passa a ser discutida à luz da subjetividade; na medida em que o país pretendia transpor a classificação de subdesenvolvido.

Na realidade mundial pós-Segunda Guerra, o Brasil sofre grande influência dos modelos teóricos recomendados por órgãos internacionais (Lima, 2000; Vasconcelos, 2002; Bosi, 2003). Dentre as instituições podem ser citados: *Food and Agriculture Organization* (FAO) e a *United Nations International Children’s Emergency Fund* (UNICEF), ambas vinculadas à Organização das Nações Unidas (ONU), além das Organizações Pan-americana e Mundial de Saúde (respectivamente OPAS e OMS). (Vasconcelos, 2002: 133).

No plano mundial, os anos 40 podem ser apresentados como sendo a fase embrionária das discussões – e conseqüentemente teorizações de causas e soluções – dos problemas alimentares da população mundial. O adjetivo “embrionário” justifica-se pela série de eventos realizados, tais como as Conferências de *Washington* (em 1941) e de Alimentação de *Hot Springs*, Virgínia (em 1943). Ambas foram realizadas a convite do Presidente Roosevelt. De tais eventos surge a vontade de criar um órgão internacional destinado à alimentação e nutrição da população (Vasconcelos, 2002: 133).

No ano de 1946, Josué de Castro lança uma de suas obras mais importantes (ao lado de *Geopolítica da Fome*): *Geografia da Fome*. Os livros de Josué de Castro tiveram grande repercussão, pois exerceram bastante influência na sistematização e enfrentamento – a partir da criação da FAO – da fome no mundo.

Belik *et al* (2001: 120) descrevem que nos anos 40 e 50:

(...) a questão da fome e da carestia começa a receber uma atenção especial dos governantes por causa dos aspectos concernentes às questões de produção, consumo

e distribuição ou em virtude de questões subjetivas ligadas a um país que queria libertar-se do atraso e do subdesenvolvimento e entrar na modernidade. Como pano-de-fundo desses temas estavam os compromissos assumidos internacionalmente pelo Brasil em 1943, na Conferência de Hot Springs (EUA), que lançou as bases para a criação da FAO (Belik *et al*, 2001: 120).

Também se criam no Brasil entidades destinadas às políticas de alimentação em âmbito nacional (Uchimura & Bosi, 2003: 389). São elas:

- Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN) em 1942;
- Instituto de Tecnologia Alimentar (ITA) em 1944;
- Comissão Nacional de Alimentação (CNA) em 1945.

A criação destes órgãos públicos segue a lógica de colaboração ampla por parte do Estado para com as indústrias de alimentos, tal como o incentivo para desenvolvimento do parque agro-industrial brasileiro. Merece destaque a seguinte descrição:

(...) a colaboração entre Estado e indústria de alimentos, com apoio e concessão de prioridades, subsídios e isenções fiscais, consideradas indispensáveis para o desenvolvimento daquelas indústrias, atividade econômica fundamental para a acumulação de capital. (Gomes, 2000: 33-34).

As críticas a essas iniciativas afirmam que os:

(...) programas de alimentação do governo inseriram-se, assim na nova configuração da sociedade de classes, reproduzindo a estrutura econômica capitalista em consolidação, camuflada por uma ideologia paternalista: a alimentação oferecida ao trabalhador, aos menos favorecidos, aparentava ser um prêmio, contudo criava a possibilidade de extrair maior parcela da mais-valia dos trabalhadores melhor alimentados (Costa, 2000:34).

De acordo com Belik et al (2001:21) , nos anos 50, é criada a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), que atuava de forma similar à Comissão de Abastecimento, só que em tempos de paz. Nos subseqüentes anos 60 ocorrem mudanças na tentativa de modernizar o sistema de abastecimento nacional de alimentos, melhorando a relação entre produção e comercialização agrícola. A COFAP, no ano de 1961, dá lugar a outras instituições:

- CIBRAZÉM: responsável pelo armazenamento;
- COBAL: responsável pela distribuição;

- CFP: responsável pela regulação de estoques;
- SUNAB: responsável pela fiscalização.

Porém as medidas tomadas pelo Governo Goulart, não necessariamente prestavam-se a combater à fome; estando muito mais comprometidas com as questões de mercado, na medida em que pretendiam: “dar uma resposta à sociedade que exigia preços mais baixos” (Belik *et al*, 2001: 121).

Em 1968, é criado o Grupo Executivo de Modernização do Abastecimento (GEMAB), inaugura-se uma postura do Estado frente ao abastecimento alimentar; tendo em vista que é constituída uma vasta rede de entrepostos e instalações de cunho varejista no país. Esse tipo de intervenção estatal permanece no decorrer das duas seguintes décadas: “Acreditava-se que reunindo em um só local de oferta e demanda de produtos agrícolas seria possível nivelar preços, comparar e reduzir margens”. (Belik *et al*, 2001: 121).

Desde a década de 50, a produção agrícola brasileira apresenta crescimento maior do que o aumento populacional (Belik *et al*, 2001). Dessa forma fica afastado o temor neo-malthusiano⁴⁰ referente à demanda e oferta de alimentos no país, pelo menos no tocante ao potencial produtivo.

O aumento das potencialidades produtivas pode ser referendado ao Crédito Rural, que configurou-se como o principal fator para o desenvolvimento agropecuário no Brasil.

Contudo, como apresentado por Valente (1997), a simples situação de produção em quantidades suficientes de alimentos, não configura uma situação de disponibilidade dos mesmos para a população do país produtor. Esse exemplo é pautado na situação de desenvolvimento agrícola do Brasil, que desde a década de 50, possui uma produção agrícola capaz de suprir as demandas nutricionais de nossa população – e manter constante os níveis de exportação – e mesmo assim, ainda persiste uma grande dificuldade de acesso aos alimentos; mesmo em períodos onde os preços dos alimentos estavam sob controle estatal.

No entanto, os modelos de desenvolvimentos agrícola e econômico empregados no Brasil, não foram obras do mero acaso. Maria Wanderley⁴¹ discorre

⁴⁰ Para maiores observações sobre o pensamento Malthusiano, consulte: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, *Dicionário de Ciências Sociais*. 2º ed. Rio de Janeiro, 1987.

⁴¹ Professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

da seguinte maneira sobre a modernização da agricultura brasileira, com suas mazelas, tanto no meio rural como, seus reflexos nas metrópoles:

Esta situação não constitui, como alguns pretenderam nos convencer, o resultado lamentável mas inevitável, do progresso a que o Brasil se destinava. Foi antes de tudo uma escolha politicamente imposta através de planos e programas de governo, nos quais a concepção de modernização da agricultura assume papel central. (Maria Wanderley in Galeazzi, 1996: 263-264).

Em se resolvendo o problema de estruturação produtiva do parque agro-industrial, tem-se como novo desafio a adoção de políticas econômicas, que possibilitem um amplo acesso da população à alimentação. De acordo com Peliano & Beghin (1993: 18): *“É amplamente conhecido que a miséria no país tem raízes estruturais, tendo sido agravada, entretanto, nas últimas décadas, pelos sucessivos fracassos das políticas macroeconômicas”*.

A justificativa para que no Brasil exista um percentual tão alto de famintos, repousa na má distribuição de renda e pobreza da população. Acerca o desenvolvimento econômico, é defendido por Miranda (2002: 33):

(...) chega-se às décadas de 60 e 70, onde se constituem no país uma prática política em nível social pautada na idéia defendida por Delfim Neto, a qual denomina-se “teoria do bolo”. Segundo tal concepção as ações políticas do Estado deveriam focar-se no crescimento econômico, o qual ocorreria através de incrementos que possibilitassem uma maior concentração de capital por parte de classe média, que por sua vez, através de renda acumulada daria impulso ao setor produtivo, aquecendo a economia nacional (Miranda, 2002: 34).

Mesmo o Brasil possuindo uma produção agrícola suficiente para o consumo interno, temos na questão econômica um empecilho para o aceso universal à alimentação adequada. Para tal demonstração, utilizaremos Belik *et al* (2001: 121), que afirmam:

Entre 1971 e 1980, o IPA – Índice de Preços no Atacado de produtos agrícolas (IPA-DI) apresentou taxa média anual 30,4% contra um IPA-DI para todos os produtos da ordem de 27,6%. Na década seguinte, no período de 1981-1990, esse índice subiu para 208,5% (média anual) contra 203,9% (média anual) para todos os produtos. (Belik *et al*, 2001: 121).

Dentre os fatores potenciais, que justificariam os altos índices referentes aos produtos alimentares, destacam-se:

- Influência cambial, aumentando o custo dos insumos agrícolas;
- Redução dos índices de produtividade;
- Produção voltada para o mercado exterior.

É importante observar como ocorreu o desenvolvimento das políticas agro-industriais em nosso país e quais foram seus reflexos para a segurança alimentar da população. Descrição bastante elucidativa é feita por Maria Galeazzi, que mostra:

A produção agrícola brasileira é marcada basicamente por dois grupos de produtos com características de tecnificação distintas. De um lado os produtos de exportação (soja, café, laranja, cana-de-açúcar, cacau, algodão e amendoim) com crescimento agrícola acentuado e de outro lado os produtos domésticos (arroz, feijão, milho e mandioca) caracterizados como não-comercializados com o exterior, que tiveram seus níveis de produção per capita estagnados ou em declínio. (Galeazzi, 1996: 146-147).

É óbvio, que tais ações políticas (agrícola e econômica) não trouxeram um saldo positivo para a grande parte da população. Pois no início dos anos 90, alguns cálculos apontavam para o número aproximando de 32 milhões de pessoa em situação de indigência (Peliano & Beghin, 1993). Tal quadro implicitamente liga-se à fome; tendo em vista que quem é indigente, não possui meio financeiro suficiente para obter alimento, em quantidade e qualidade adequadas.

A difusão de idéias neoliberais conflui para teses, que afirmam que o Estado não é capaz de gerenciar com competência os fluxos produtivos. Com a orientação notória do liberalismo econômico, o Estado brasileiro destituiu-se da função regulatória de preços e da comercialização agrícola. No entendimento então defendido, as políticas de combate à fome deveriam ser focadas no aprimoramento pessoal, como podemos observar no seguinte:

(...) não se pode negligenciar o papel que a educação deverá desempenhar em um novo padrão e desenvolvimento. No aprimoramento do indivíduo estão depositadas as esperanças de um futuro no qual a organização social, o sistema político e as relações de trabalho irão adquirir formas compatíveis de conciliar o crescimento econômico e o progresso social. (Peliano & Beghin, 1993: 19).

Essa afirmação, não deixa espaços para dúvidas; na concepção liberal, os problemas alimentares são dos indivíduos, que em decorrência de sua falta de aprimoramento, não se inseriram como consumidores no mercado. Dessa forma,

não cabe ao Estado regular o mercado de produtos alimentares, mas sim propiciar o aprimoramento do indivíduo, para que ele – por si só – seja inserido nas relações de consumo.

O exame das relações de classes sociais se faz com base na noção de que

A classe que personifica a propriedade da terra conseguiu historicamente ‘cativar’ o Estado, política e ideologicamente. Por este meio, ela se apresenta socialmente como a ‘portadora natural’ do progresso, tanto mais capacitada, quanto integrada aos complexos agroindustriais, no interior dos quais pontifica o próprio Estado. (Maria de Nazareth Baudel Wanderley in Galeazzi, 1996: 267).

José Carlos Tartaglia, afirma que a questão da fome teria permanecido:

(...) mesmo com desenvolvimento do capitalismo e sua industrialização, que juntos criaram uma nova base técnica absorvida também pela agricultura na produção de alimentos e matérias-primas para o processamento da indústria alimentar. Todos esses avanços se verificaram com alto grau de produtividade (José Carlos Tartaglia in Galeazzi, 1996: 117).

Com relação à agricultura, os anos 50 configuram-se como os anos iniciais da modernização. Desta década em diante a produção de alimentos cresce em níveis superiores ao crescimento demográfico. A fase inaugurada na década de 50 em grande parte ocorreu não só pelo desenvolvimento tecnológico deflagrado pós - Segunda Guerra, mas também pelo grande subsídio estatal no ramo agropecuário, fato este que pode ser comprovado pela política de crédito rural. Outro fato que deve ser analisado é a preferência (no modelo de desenvolvimento) pela modernização da agricultura através de políticas destinadas ao abastecimento ao invés de - por exemplo – distribuição de terra; a tão almejada reforma agrária, que mesmo inserida na agenda política da época não se fez presente de forma efetiva nas ações governamentais (Belik *et al*, 2001:121).

Seguindo a configuração das políticas interventoras no abastecimento, temos em 1951 a criação da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP).

A produção crescia cada vez mais e atingia níveis que permitiam suprir as necessidades nutricionais de toda população nacional, além de permitir o crescimento das exportações. Belik *et al* (2001) descrevendo sobre os valores dos alimentos, mostram a situação, onde mesmo que:

(...) parte importante de distribuição estivesse sob o controle do poder público, os preços dos alimentos continuavam elevados e a questão da fome já se destaca na realidade brasileira associada à questão da carestia dos alimentos e à inflação (Belik *et al*, 2001: 121).

Em 1953, surge o Plano Nacional de Alimentação (PNA), que foi elaborado pela CNA a partir de recomendações técnicas tanto da FAO/ONU quanto da OMS. Após o PNA surge o Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME), que posteriormente torna-se a Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME). (Uchimura & Bosi, 2003: 389).

O quadro apresentado com relação às décadas de 30, 40 e 50 nos mostra que existia uma enorme estrutura de ações no setor da alimentação e nutrição no Brasil. Seja nos incentivos destinados à agricultura, que culminaram na estruturação de um forte parque agro-industrial distribuído de forma heterogênea pelo país, seja no conjunto de políticas de combate às deficiências nutricionais da população desenvolvidos a partir de uma série de planos e programas destinados a grupos que a priori não conseguiam garantir sua alimentação em níveis quantitativos e qualitativos desejáveis.

No entanto, a seguinte afirmação de Oliveira (1994: 11) nos leva a uma discussão mais complexa sobre as estruturas estatal e industrial e suas articulações com a sociedade: *“As primeiras ações para combater a fome e a desnutrição não se constituíram políticas internas dos países capitalistas periféricos. Inicialmente foram subsidiadas pelos excedentes da produção agrícola do mercado norte-americano”*.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os modelos teóricos empregados nos países subdesenvolvidos seguiam as cartilhas dos organismos externos e órgãos internacionais (tal como ONU e OMS), além de sofrerem grande influência das matrizes teóricas em voga nos Estados Unidos. Com a nova configuração econômica e política que se institui com o surgimento do bloco socialista (liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS) e do bloco capitalista (liderado pelos Estados Unidos da América – EUA) amplia-se a possibilidade de atuação em Políticas de Nutrição em Saúde Pública (ao menos em nível internacional), o que de certo mostra um maior interesse com a alimentação da população dos países subdesenvolvidos. (Vasconcelos, 2002: 133). Esse interesse condiz muito mais com a necessidade de exercício de influência na guerra-fria – inaugurada em 1946 - do que com a simples ação caritativa dos países centrais para com os periféricos. Seguindo neste sentido, o Congresso ianque, em 1954,

aprova a Lei do Alimento para a Paz, onde se regulamenta a distribuição de gêneros alimentícios provenientes dos EUA para países estrangeiros. A Lei do Alimento para a Paz, propunha aos EUA *“melhorar suas relações externas”* (Gomes, 2000: 21).

(...) o Brasil, juntamente com a Índia, a Coreia, o Vietnã do Sul, se colocou como um dos países que mais recebeu ajuda alimentar do governo norte-americano, no período de 1954 a 1974. Tal ajuda decresceu no governo Goulart e ampliou-se após o golpe militar de 1964. (Oliveira, 2000: 11).

A citação acima sinaliza para o tipo de relação de dependência e influência existente entre os países receptores e o país doador.

O governo Goulart, no ano de 1961, tenta através de uma série de leis, otimizar a relação deficiente entre produção e comercialização de alimentos

“Neste período também é criado o entreposto Terminal de São Paulo, que foi o embrião do Ceagesp e das Centrais de Abastecimento que se seguiram” (Belik et al, 2001: 121).

Os anos 60 apresentam-se com a gestão do abastecimento alimentar diretamente vinculada ao Estado, que até então só tinha se portado como normatizadora e fiscal das estruturas de comercialização. Impossível falar da década de 60 no Brasil, e não citar o Golpe Militar de 1964. O Brasil pós-64 pode ser descrito com sendo um “período de trevas” inclusive para a atuação em Nutrição. Os programas e políticas sociais de alimentação e nutrição aos poucos retrocediam, e os órgãos responsáveis pela intervenção técnica – tal com o SAPS – eram extintos. Bosi (1996: 123) afirma a existência de: “um retrocesso nas ações voltadas para a área social (dentre elas, a Saúde e a Nutrição) como consequência da queda acentuada de investimentos no setor, ao mesmo tempo que favorecia o modelo de assistência médica do tipo curativa”.

Na década de 60 não existem grandes intervenções do poder público em políticas de alimentação e nutrição; neste período, Josué de Castro, ícone na discussão da fome e desenvolvimento, é limado do Brasil, tendo que se exilar na França, onde passa os últimos dias de sua vida.

Como pode ser imaginado, no período da ditadura militar não se permitia discorrer sobre a fome brasileira. Quem ousou ao menos pensar nisso, decerto teve de fazê-lo como uma sutileza imensa, correndo, ainda assim, o risco de ser considerado subversivo. O tratamento dispensado a Josué de Castro serve de exemplo para a constatação acima.

Sobre a década de 60 e o pós-64, Fleury afirma:

O golpe apresentou uma opção entre duas alternativas que se contrapõem como projeto de hegemonia: a nacional-populista ou a internacional modernizadora. A opção pelo modelo econômico internacionalizado representou uma rearticulação da burguesia em torno do padrão de dominação burguesa, com exclusão de todo o aparato nacional-populista. (Fleury; 1980: 28).

A opção de desenvolvimento que então fora empregado no país nos permite entender o porquê de um vácuo institucional no tocante às políticas de alimentação e nutrição no referido período.

Na década de 70, a produção agrícola brasileira já tinha se consolidado, pois desde os anos 60 os níveis de produção agropecuária cresciam de forma constante e segura, mostrando a solidez do parque agroindustrial brasileiro. Deve-se, contudo, observar que a consolidação do parque agroindustrial se fez com um grande aparato estatal, propiciador de modernização tecnológica através dos mais distintos incentivos governamentais. O desenvolvimento da agricultura no Brasil, não se deu de forma homogênea, pois regiões inteiras passaram, quase que desapercibidas deste processo modernizador.

Além do mais, a modernização da agricultura no país, se dá sob uma estrutura fundiária. A reforma agrária – discutida, mesmo que de forma tímida – pelo governo Goulart, não tinha sido efetivada. Até porque o modelo de desenvolvimento defendido pelo então presidente da república, fora substituído – de forma violenta – pelo autoritarismo burocrático, característico dos governos militares e da ditadura.

Segundo Maria Wanderley:

No caso brasileiro, é possível afirmar que a modernização da agricultura se efetuou sobre a base de relações sociais que cristalizaram o predomínio do proprietário sobre o produtor. Isto é, a propriedade da terra ainda constitui, no Brasil, um elemento organizador da atividade agrícola. O caráter produtivo da agricultura é aqui subordinado à dinâmica gestada a partir da propriedade fundiária. (Wanderley in Galeazzi, 1996: 265).

O Brasil apresenta uma série de paradigmas. Um deles é que mesmo possuindo níveis de produção agrícola suficiente para alimentar toda a sua população, desde os anos 50; ainda assim, existe um contingente populacional faminto nestas terras.

A elevada produção agrícola – mesmo com os crescentes níveis de exportação – permite que a população brasileira tenha acesso a uma dieta mínima⁴², que lhe propicie repostas as demandas nutricionais. No entanto a má remuneração, a não remuneração e os ciclos inflacionários – ao menos nas sociedades mercantilizadas – constituem-se como empecilhos para o adequado acesso aos alimentos, por parte da população.

Belik *et al* (2001: 121) apresenta dados econômicos (Índice de Preços no Atacado – IPA) para demonstrar como nos anos 70 e 80: *“a questão da fome já se destacava na realidade brasileira associada à questão da carestia dos alimentos e à inflação”*.

Neste cenário, podemos entender o surgimento do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) segundo as palavras de L’Abbate (1989: 8), que afirma que o Instituto: *“aparece em um contexto sócio-político-institucional em que a Política Social passa a ser uma preocupação explícita do Estado, constituindo uma das metas do planejamento governamental”*.

Na época vigente se elaborou o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN I). O PRONAN I estava circunscrito pelas metas do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), no período de 1972 a 1974.

O I PND tinha como função básica propiciar o crescimento econômico. Neste sentido, entendia-se que a ajuda aos mais pobres, consistia-se como maneira de efetivar o modelo de desenvolvimento em questão. Contudo, a ajuda aos pobres não se consistia de forma sólida na perspectiva governamental, pois a assistência prestada às camadas populacionais menos abastardas era inconstante, dependente de recursos exíguos destinados às políticas sociais.

O discurso do I PND não contém um ‘visão concatenada de política social’, pois até o II PND a Política Social não passa de uma variável dependente de caráter residual, cabendo-lhe exclusivamente a função de eliminar os pontos de estrangulamento do crescimento econômico e cria precondições para que este alcance maiores índices. (L’Abbate, 1989: 09).

O I PRONAN foi elaborado com uma série de intervenções, a partir de uma série de projetos, subprojetos e afins. Além dos projetos, o I PRONAN também contava com uma forte divulgação, através de campanha publicitária.

⁴² Utilizo *“uma dieta mínima”* como força de expressão. Entenda-se como o fornecimento de alimentos (protéicos e calóricos) que possibilitem a manutenção das forças vitais, crescimento e desenvolvimento orgânico e intelectual e bem-estar.

O INAN preocupou-se inicialmente em desencadear uma grande campanha publicitária, sob o 'slogan' 'NUTRIÇÃO É DESENVOLVIMENTO' da qual faziam parte luxuosos folhetos editados em várias línguas, onde o Instituto se comprometia a acabar com a desnutrição do País e fazia propaganda de seus projetos, dos quais, na realidade, apenas dois tiveram alguma concretude. (L'Abbate, 1989: 10).

Como descrito acima, o planejamento ambicioso não saiu do papel, pelo menos como almejado. Aliás, a única forma de ambição que teve sucesso, no I PRONAN, foi a ambição pelos recursos públicos. A má utilização do dinheiro público desembocou na demissão do então presidente do INAN, Ruiz de Gamboa, em 1974. Em resumo, podemos afirmar que as atividades iniciais, desenvolvidas (não necessariamente de fato) pelo INAN, tenham se desvirtuado pelos corredores institucionais em decorrência de desinteresse político, má utilização e ingerência dos recursos financeiros e humanos.

Após a demissão do diplomata Ruiz Gamboa, o médico Bertoldo Kruze Grande de Arruda⁴³ assume a presidência do INAN em um cenário de tormentas - tanto no plano econômico, quanto no plano político - que dificultavam o exercício amplo das tarefas da referida autarquia.

Para um melhor entendimento do panorama brasileiro (tocante à realidade econômica e política) em voga nos anos 70, utilizaremos em nossa observação um pequeno recorte do histórico traçado por Sonia Fleury acerca a assistência médica previdenciária durante o século XX: *“A falta de controle sobre as contas dos serviços contratados criou condições para que a corrupção atingisse, por volta de 1974, níveis que ameaçavam o equilíbrio financeiro”* (Fleury, 1980: 33).

Fleury aponta o ano de 1974 como sendo o marco zero de uma crise econômica e posteriormente política no Brasil. Para a autora, no pós-64, especialmente a partir de 1968 tem-se no país um pleno desenvolvimento da economia, a que denominavam “milagre econômico”.

Sobre o INAN, Uchimura & Bosi (2003) afirmam que:

(...) após o fracasso de sua primeira empreitada, o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN I), foi lançado em 1976 o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN II). (Uchimura & Bosi, 2003: 389).

⁴³ Graduado em Medicina pela Universidade do Recife em 1948. Especialista em Puericultura e Administração (Departamento Nacional da Criança, 1953) e Nutrição e Saúde Pública (Universidade Federal do Pernambuco, 1963). Doutor em Medicina (UFPE, 1974). Permaneceu como presidente do INAN no período de setembro de 1974 até março de 1985. Atualmente (e desde 1985) está vinculado ao Instituto Materno Infantil de Pernambuco (IMIP).

Ao menos, em nível de comparação entre o I PRONAN e o II PRONAN, podemos afirmar que o segundo apresentou-se com maior inserção governamental, na perspectiva alocação de recursos públicos em políticas sociais:

O II PND vai colocar entre suas prioridades estratégicas a implementação de uma política social que possibilite a distribuição de rendas, em nítida diferenciação da ideologia pregada no I PND. (Fleury; 1980: 34).

No entanto, não podemos acreditar que a diferenciação entre a ideologia pregada do I e II PND (e conseqüentemente, no I e II PRONAN) seja muito grande. Pois o que variou consideravelmente, foi o montante de recursos destinados à política social, como demonstrado por Andrade (1980)⁴⁴: “304,2 bilhões de cruzeiros em 1974 a 549,5 bilhões em 1978”.

“Os gastos totais da união na área social cresceram 754,8% em termos reais no período de 1963-1977” (Andrade, 1980: 98) ⁴⁵.

No dia 06 de fevereiro de 1976, através do Decreto nº 77.116, se institui a política da alimentação do II PND: o II PRONAN. Dentre suas metas de atuação, estão designadas ações de intervenção alimentar. Os públicos alvos eram basicamente: gestantes, lactantes, crianças de 0 a 14 anos (com linhas de atuação diferenciadas, divididas em subgrupos de 0 a 6 anos e de 7 a 14 anos), e a classe trabalhadora de baixo poder aquisitivo (L’Abbate, 1989: 13).

Neste contexto, são elaborados - por exemplo - os seguintes programas:

- Programa de Nutrição em Saúde (PNS), destinado as gestantes, nutrízes e menores de 7 anos;
- Programa de Comercialização e Abastecimento em Áreas Rurais (PROCAB), destinado aos pequenos produtores agrícolas;
- Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), destinado aos trabalhadores de baixo poder aquisitivo.

Esses programas, e sua tipificação (medidas de suplementação alimentar, auxílio ao pequeno agricultor e fornecimento de suporte protéico e calórico para a

⁴⁴ Andrade, R. C. (1980: 98) *apud* L’Abbate (1989: 12).

⁴⁵ Andrade, R. C. (1980: 98) *apud* L’Abbate (1989: 12).

classe trabalhadora) têm continuidade no início da década de 80, pois o II PRONAN estende-se até o ano de 1985.

Sobre os programas desenvolvidos na década de 80, Uchimura & Bosi (2003: 390) afirmam que: *“Durante a Nova República, o padrão de intervenção colocado em prática a partir dos anos 70 apresentou pequenas e insignificantes modificações”*.

No tocante aos anos 80, Belik *et al* (2001: 122) destacam o Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes (PNLCC) como sendo uma importante experiência na distribuição de cupons alimentares. O PNLCC foi criado no ano de 1986, pelo governo Sarney. Tal programa consistia basicamente na compra direta - por parte do governo - do leite produzido no país e distribuição deste para o público alvo. O governo além de comprar, desenvolvia atividades de controle do sistema de distribuição de leite.

Como resultado do PNLCC, podemos destacar o aumento de 21% na produção e de leite no Brasil e o acréscimo do valor per capita referente ao consumo, de 94 para 109 litros por ano, no período de 1986-1990 (Belik *et al*, 2001: 122). Contudo, não podemos fazer mais análises quantitativas do programa, pois o mesmo - em decorrência da má gestão - não possui dados referentes aos custos e abrangência.

Pinheiro (1995: 75) discorre sobre a realidade econômica dos países latino-americanos naqueles anos, afirmando que: *“O envolvimento com os problemas de dívida externa e interna, que canalizavam grande parte dos recursos disponíveis, provocou o estrangulamento da capacidade de financiamento das políticas sociais”*.

Entendendo a crise vigente nos países latino-americanos na década de 80, torna-se mais inexplicável a ingerência nas políticas sociais. Pois se em tempos de abundância, se faz necessário o controle e ajuste das dos gastos públicos, o que dizer em situações de escassez?

Vianna (1992: 64) mostra o quase - inalterado - horizonte de alocação de recursos no Brasil:

O gasto social federal que em 1981 correspondia a 10.04% do PIB, em 1986 passa a 8.90% e a 10.43% em 1990, apresentando, ao término da série, uma ligeira recuperação que apenas o coloca nos níveis do início da década, quando os benefícios sociais assegurados pela Constituição não existiam. (Vianna, 1992: 64).

Mas os anos 80 também se configuram como um novo tempo, em se tratando da organização política. Aliás, reorganização política, como descreve Valente (2002):

A luta contra a fome e a desnutrição é retomada no início da década de 1980, no bojo da reorganização do sindicalismo. Do movimento sanitário e da sociedade civil no Brasil, na luta pela democratização do país após quase vinte anos de regime ditatorial. (Valente, 2002: 44).

A efervescência política, causada pela possibilidade de maior participação dos distintos atores sociais na disputa de projeto de sociedade foi fundamental para discussão de uma Política Nacional de Segurança Alimentar. Como fruto desta mobilização, temos em 1986 a realização da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (I CNAN), a qual Valente (2002: 45) classifica como: *“um desdobramento da 8ª Conferência Nacional de Saúde”*.

Chega-se a década de 90, e o lema seguido pelos governos latinos é o de ajuste econômico. Os chamados ajustes econômicos representam, uma reorientação nos marcos das políticas macroeconômicas.

Como resultado desta incapacidade Estatal, percebe-se uma queda nos níveis de recursos disponíveis para política social. Os exíguos recursos destinados às políticas sociais seguem - quase que exclusivamente - para programas de transferência de renda (programas de renda mínima). A inoperância estatal resulta – no âmbito das políticas de alimentação e nutrição – no desinteresse dos problemas de ordem nutricional da população brasileira.

Belik *et al* (2001), apresentam dois aspectos fundamentais na reversão das – supostas - políticas de combate à fome nos anos 90, as quais são pautadas na distribuição de benefícios (redistribuição de renda) ao invés da distribuição de alimentos e uma menor atuação de regulação do mercado por parte do Estado. Como 1º aspecto apresenta-se a ineficiência do Estado em modernizar e controlar, respectivamente o comércio e os preços e o 2º aspecto levantado é a maior inclusão, na cesta básica, de alimentos industrializados. Tais fatos não podem ser ignorados, mas tão pouco podemos afirmar que se constituam de unanimidades. Pois sem o grande auxílio prestado por parte do Estado para com o desenvolvimento agrário, o Brasil não teria se tornado uma potência agrícola mundial. Dessa forma, é descabido, dizer que o Estado é ineficiente, pois se assim o fosse, não teríamos conseguido a qualidade de grande produtor agro-industrial. A

modernização agrícola no Brasil e fato irrefutável, mesmo, não se dando de forma homogênea. E por conta disso, fazemos o seguinte questionamento: a modernização do parque agro-industrial não levaria à uma maior industrialização dos gêneros alimentícios aqui consumidos? A resposta - presumidamente - é sim. Nessa perspectiva não seria justificada a insegurança alimentar do povo brasileiro, apenas pelo acréscimo de produtos industrializados em seu consumo. Ainda mais, possui-se um dado importante frente a essa prerrogativa:

(...) o consumo de alimentos da grande parcela da população está baseado em produtos elementares como arroz e feijão, e isso reflete o significado dos impactos das políticas agrícolas, de armazenamento e distribuição de alimentos, do ponto de vista da oferta/preço destes produtos e sua consequência na alimentação e no estado nutricional desta população (Galeazzi, 1996: 145).

Sendo assim, se torna pouco adequado descrever como importante fator para a insegurança alimentar do brasileiro, o aumento do consumo de alimentos industrializados.

No início da década de noventa, verifica-se o esvaziamento da preocupação com a problemática alimentar na agenda estatal e a extinção progressiva de todos os programas de alimentação e nutrição de âmbito nacional, com exceção do PNAE⁴⁶ e do PAT. (Uchimura & Bosi, 2003: 390).

Contudo, através da mobilização da sociedade civil, intelectuais e demais militantes (muitos destes, idealizadores e remanescentes da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1986) o debate sobre o acesso adequado ao alimento e a responsabilidade governamental na formulação de políticas públicas de alimentação e nutrição não cessa. No ano de 1991, sob a coordenação do Governo Paralelo (vinculado ao Partido dos Trabalhadores - PT) é consubstanciada parte importante desse debate, sob a forma de tese propositiva de uma Política Nacional de Segurança Alimentar. Esse material contou com a participação de renomados especialistas (com enfoques distintos sobre a questão alimentar e nutricional no Brasil): *“A proposta foi apresentada ao governo Collor, que a engavetou”* (Valente, 2002: 45).

As mobilizações em torno do impedimento do presidente Fernando Collor trouxeram consigo formas distintas de vocalização, representantes dos mais

⁴⁶ Programa Nacional de Alimentação Escolar.

distintos grupos sociais. Podemos apontar o Movimento pela Ética na Política como um belo exemplo do até então afirmado.

Após a derrubada - pelas vias legais e democráticas, completamente distinta da Revolução de 1964 – do presidente Collor é reapresentado, ao governo federal, a proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar. O governo de Itamar Franco, então decreta a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). O CONSEA era um órgão ligado diretamente à Presidência de República, e que contava com a representação da sociedade civil organizada e de Ministros de Estado (Saúde, Educação, Bem-Estar Social, Trabalho, Fazenda, Planejamento, Agricultura e Secretaria Geral de Presidência). (Peliano & Beghin, 1993: 20; Valente, 2002: 45).

Depois da criação do CONSEA, foram criados 2 programas de alimentação e nutrição:

- Programa de Abastecimento a Crianças Desnutridas e Gestantes em Risco Nutricional (Leite é Saúde);
- Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA).

Além disso, foi aprovada a modificação de operacionalização do PNAE, que passaria a ter suas atividades descentralizadas. Sobre tal, utilizaremos Spinelli & Canesqui (2002):

A conjuntura de crise das políticas sociais e do próprio PNAE de 1989 a 1993 permitiu outros apoios emanados da burocracia governamental a favor da descentralização, reunindo argumentos democratizantes ou eficientistas, fortalecedores do processo. (Spinelli & Canesqui, 2002: 109).

No ano de 1995, no governo FHC, o CONSEA é substituído pelo Conselho da Comunidade Solidária e as ações governamentais sob a forma de políticas de alimentação e nutrição se dão – basicamente - através dos programas já existentes: PAT, PNAE e PRODEA. No ano de 1997, foi extinto o INAN, que em decorrência dos subseqüentes cortes orçamentários e de pessoal, apresentava-se - neste momento - muito mais, como um símbolo de uma época do que como órgão centralizador dos programas de alimentação e nutrição do Brasil, funcional e efetivo.

Em 1999 cria-se o programa Incentivo de Combate às Carências Nutricionais (ICCN) que substitui o Programa Leite é Saúde. Também do ano de 1999 é

apresentado o documento governamental denominado Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) (Uchimura & Bosi, 2003: 390).

Sobre a continuidade do ICCN, é afirmado por Belik *et al* (2001: 124): “O governo federal planeja substituir progressivamente o ICCN por um programa de renda mínima, o Bolsa-Saúde, a partir de 2001”.

Em 2001 se extingue o PRODEA, e aplica-se boa parte dos recursos destinados à política social a programas de renda-mínima, tal como a Bolsa-Escola e o Bolsa-Alimentação. Sobre a atuação do governo na época,

Em resumo, é possível identificar duas tendências atuais nas políticas de combate à fome do governo federal: primeira, um esvaziamento das políticas universais e sua substituição por políticas compensatórias localizadas, de caráter focalizado e geridas pelos próprios municípios, voltadas para a área social geral (Belik *et al*, 2001: 125).

(...) torna-se perceptível o fato de que as ações no campo da alimentação e nutrição desenvolvidas recentemente não apresentam originalidade ou inovação, em analogia àquelas intervenções que as antecederam. Em verdade, observa-se nos programas criados e implantados ao longo deste recorte histórico, a simples repetição de modalidades de intervenção e, quando guardam mudanças específicas do contexto político no qual se inserem, estas o são de ordem predominantemente discursiva. (Uchimura & Bosi, 2003: 390).

Uchimura & Bosi (2003) entregaram o artigo que contém a citação acima em 26 de agosto de 2002; data muito antes do resultado das eleições presidenciais do mesmo ano, e que tiveram Luis Inácio Lula da Silva como vencedor. Após o resultado oficial das eleições, seguiu-se a apresentação do Programa Fome Zero - PFZ (que até então se constituía como uma proposta de política nacional de segurança alimentar e nutricional), que deveria ser o carro chefe dentre as ações governamentais.

Em 2003, com o Governo Lula, o Projeto Fome Zero tornou-se prioridade dentre as políticas de governo, torna-se um Programa oficial, carro-chefe dentre as políticas sociais, sendo lançado oficialmente em 31 de janeiro em cerimônia comemorativa no Palácio da Alvorada. Dessa forma colocou novamente em debate a questão da fome e de segurança alimentar no Brasil (Alves & Oliveira, 2003: 41).

Dessa forma, nos interessa discorrer sobre como uma proposta de política de segurança alimentar – o Projeto Fome Zero⁴⁷ - ao torna-se o carro-chefe das

⁴⁷Lançado em 16 de outubro de 2001 pelo Instituto Cidadania, sua elaboração contou com a participação de pesquisadores e especialistas, além de representantes de movimentos sociais (sindicatos, organizações não governamentais, etc) (Alves & Oliveira, 2003: 41; Yazbek, 2004: 106).

políticas sociais do governo federal – Programa Fome Zero - é abordado na mídia impressa, e como essa abordagem contribui para a discussão da questão social brasileira.

3 ANÁLISE DA COBERTURA MIDIÁTICA

(...) o novo governo identifica a inclusão social e a erradicação da fome como objetivos primordiais. E dentro deste contexto, o Programa Fome Zero foi lançado como uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil.

Thaís Franceschini.

Com a ascensão do PT à presidência da República, através do candidato Lula da Silva tem-se apresentada, por ocasião do lançamento do Programa Fome Zero instituído em janeiro de 2003, a questão social no Brasil, pautando o debate acerca dos rumos e modelos de desenvolvimento social que poderão ser empregados no país.

Para Oliveira (2003), esta eleição colocou em questão mais uma vez, na história brasileira, a “disputa pelos sentidos da sociedade”. Entre as disputas centrais a serem travadas nos próximos anos, está aquela pelo lugar do social na construção da nação. São os rumos e a politização desse debate que permitirão a um Programa como o Fome Zero se colocar (ou não) na perspectiva de forjar formas de resistência e defesa da cidadania dos excluídos, ou apenas reiterar práticas conservadoras e assistencialistas” (Yazbek, 2004: 105-106).

O debate acerca da questão social brasileira, em dada medida, nos remete à uma leitura das desigualdades sociais no país. Neste sentido, o Programa Fome Zero surge enquanto uma possibilidade de entendimento da realidade social do Brasil.

No discurso proferido em 31 de janeiro de 2003, o presidente Lula, lança o Programa Fome Zero, afirmando que:

O Fome Zero é complexo. Tão complexo quanto o inimigo que ele se propõe a derrotar. Ele reúne um conjunto de ações simultâneas que serão desenvolvidas ao longo dos quatro anos de governo. E é composto por medidas emergenciais e por medidas estruturais, permanentes, aquelas que vão resolver em definitivo o problema. (Folha de São Paulo, 31/01/2003, íntegra do discurso de Luiz Inácio Lula da Silva)⁴⁸.

⁴⁸Lula da Silva. Nossa guerra não é para matar, é para salvar vidas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 jan. 2003, Brasil, p. 06.

Levando-se em consideração o papel exercido pelos meios de comunicação no entendimento da realidade socialmente instituída, compreendemos que a divulgação do debate acerca dos modelos de desenvolvimento propostos tem caráter fundamental na tomada de consciência sobre a temática em voga.

Neste sentido, o programa Fome Zero, traz a tona o debate acerca dos modelos de desenvolvimento que deverão ser empregados na política social brasileira.

Em reportagem que trata do debate realizado pela Folha de São Paulo, que contou com a presença de especialistas em políticas sociais, dentre os quais: Walter Belik (Universidade de Campinas), Marcelo Neri (Fundação Getúlio Vargas) e Márcio Pochmann (Secretário Municipal do Trabalho, Desenvolvimentos e Solidariedade de São Paulo), além do mediador Gilberto Dimenstein (integrante do Conselho Editorial da Folha de São Paulo), os especialistas apresentaram críticas a comprovação dos gastos por parte dos beneficiários do Cartão-Alimentação. Contudo, a referida comprovação de gastos, não consta em nenhuma das versões do Projeto Fome Zero, com o nos descreve Graziano:

Zilda Arns, com sua leitura assídua da Folha de São Paulo, também levantou numa reunião do CONSEA: — *Podíamos pelo menos abolir a exigência da comprovação de notas fiscais*. Isso era em agosto de 2003! Pra você ver o que a imprensa faz com a notícia. Nunca chegou a entrar no programa, não houve nenhuma versão do programa, publicada ou privada. Havia uma proposta do Secretário do Marconi Perillo, que veio a um debate e propôs e nós analisamos, a equipe analisou, refutou, no entanto isso foi uma das marcas centrais nesse processo de auto-referência que vai criando um fato, e aquilo passa a ser a verdade (Entrevista J. Graziano da Silva).

No entanto, esses mesmos especialistas compreendem que:

Por mais que há décadas surjam iniciativas oficiais isoladas no campo da nutrição, foi com o Fome Zero que a questão sensibilizou com o peso de grande prioridade a agenda nacional (Folha de São Paulo, 22/02/2003, reportagem)⁴⁹.

Referindo-se ao projeto Fome Zero, Maria Yazbek afirma:

Uma avaliação inicial do documento revela tratar-se de um estudo consistente e bem elaborado, no âmbito da seguridade alimentar, que muito poderá contribuir para a sociedade brasileira caminhar na efetivação do direito humano à segurança alimentar e nutricional. A relação entre o emergencial e o permanente presente em todo o texto

⁴⁹Natali, J. B. Economistas divergem sobre o funcionamento do Fome Zero. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 fev. 2003, Brasil, p. A14.

do documento, em diferentes perspectivas temporais com proposta de curto, médio e longo prazos, é sem dúvida um dos aspectos mais relevantes do projeto (Yazbek, 2004: 108).

O Fome Zero emerge enquanto proposta de política de segurança alimentar e nutricional, visando proteger parcelas significativas da população.

Houve menção, no discurso, a uma preocupação central da equipe que preparou o programa de caracterizar o Fome Zero não como mais uma campanha de arrecadação de alimentos, mas como um programa permanente de segurança alimentar e nutricional (Folha de São Paulo, 31/01/2003, reportagem)⁵⁰.

Na reportagem *Petista pede cautela com programa* Fábio Zanini relata que o presidente Lula apresentou-se cauteloso no anúncio de ações do Fome Zero, buscando evitar que o programa fosse atacado ainda mais por críticas. Críticas – que – segundo as previsões do presidente – diminuiriam após implantação do programa.

No entanto, no período imediatamente após o lançamento do Fome Zero, enquanto programa do governo Lula, tem-se na leitura das matérias veiculadas no jornal *Folha de São Paulo* um conjunto de críticas que qualificavam o referido programa enquanto política social errática.

No editorial *Pai dos Pobres* é apresentado em amplo acervo de adjetivos pejorativos direcionados ao Fome Zero.

É um desafio tentar compreender por que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não arreda pé de sua proposta equivocada de política social chamada Fome Zero. Uma série de críticas tem sido dirigida ao programa desde que foi proposto, no segundo semestre de 2001, quando Lula era apenas um pré-candidato à Presidência. O silêncio do núcleo petista que defende o Fome Zero em relação a essas críticas ou a sua opção por rebatê-las com alegorias do tipo ‘é preciso dar o peixe e ensinar a pescar’ não elucidam a questão (Folha de São Paulo, 02/02/2003, editorial)⁵¹.

No editorial, o Fome Zero é desqualificado enquanto programa social, pois de acordo com o jornal:

Qual o sentido de um partido que teve um papel de vanguarda na formulação da nova geração de programas sociais brasileiros propor-se a retomar práticas

⁵⁰ Zanini, F. Lula promete guerra à fome e rebate críticas a programa. Folha de São Paulo, São Paulo, 31 jan. 2003, Brasil, p. A4.

⁵¹ Pai dos pobres. Folha de São Paulo, São Paulo, 02 de fev. 2003, Opinião, p. A2.

clientelistas, assistencialistas e autoritárias quando assume a Presidência? A dúvida faz pensar que talvez não tenha sido um fruto do acaso Lula ter recorrido ao estratagema retórico de se apresentar como líder que tratará os pobres como seus filhos (Folha de São Paulo, 02/02/2003, editorial)⁵².

A cisma de Lula e alguns de seus assessores com a concepção ultrapassada do Fome Zero, se persistir, fragmentará ainda mais a política social brasileira, abrirá margem para o arbítrio e o clientelismo local, levará à superposição de programas e gerará enormes e desnecessários custos administrativos, desperdiçando escassos recursos humanos e financeiros (Folha de São Paulo, 02/02/2003, editorial)⁵³.

Em seu parágrafo final, o editorial afirma que: *“O Fome Zero, por hora, se resume a um bom projeto de marketing”* e *“Não há marketing nem aplausos, capazes de disfarçar o caráter conservador e autoritário do Fome Zero”* (Folha de São Paulo, 02/02/2003, editorial)⁵⁴.

Percebe-se que – já - num curto período pós-lançamento do Fome Zero, críticas direcionadas ao programa são constantes; baseando-se na noção de que o mesmo não trazia novos elementos ao enfrentamento das desigualdades sociais vigentes em nossa sociedade.

Sem dúvida, o programa Fome Zero coloca em evidência o lugar da pobreza na sociedade brasileira. Ao trazer para o debate político a problemática da fome, movimentando a mídia, a opinião pública, os especialistas de diversas áreas, as universidades, as lideranças locais, os governantes de Estados e municípios e outros cidadãos do país, o Fome Zero coloca a pobreza e a fome como questões públicas, alvo de opções políticas que põem em foco as alternativas de futuro para o país e os desafios na cidadania e da construção democrática nesta sociedade excludente e desigual (Telles, 1998: 3). (Yazbek, 2004: 109).

A noção apresentada por Maria Yazbek é reafirmada por Graziano, quando questionado sobre a contribuição do Fome Zero para o debate político:

A principal contribuição [do Fome Zero] foi colocar a pauta da fome na pauta política, era o que o Lula queria. Ele era acostumado a dizer que enquanto a fome não virasse um problema político, como outros temas, não receberia o tratamento devido dos órgãos públicos (Entrevista J. Graziano da Silva).

No dia 04 de fevereiro de 2003, o presidente do conselho administrativo da Companhia Siderúrgica Nacional, Benjamin Steinbruch, comparou o Fome Zero com

⁵² Op. cit.

⁵³ Op. cit.

⁵⁴ Op. cit.

o “*plano assistencialista*” lançado pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt⁵⁵. Na mesma edição de 04 de fevereiro Roberto Unger declara que o Fome Zero além de ser “*retrógrado*” é “*imitação de um programa social secundário dos Estados Unidos da década de 1970*” (Folha de São Paulo, 04/02/2003, coluna)⁵⁶.

Candido Mendes, em 14 de maio, afirma que:

(...) o Fome Zero é assistencialismo, sim, não importa a ortodoxia da crítica diante da leitura objetiva da prioridade e da trama das promessas, que permanece ardendo na cabeça do presidente. Há dificuldade, sim, em organizá-lo. Mas os ajustes se fazem a caminho e não se oferece uma casuística de racionalidade ao ímpeto da exigência evangélica do dar de comer a quem tem fome, frente à impaciência da marginalidade-monstro do país (Folha de São Paulo, 14/05/2003, coluna)⁵⁷.

As descrições de “assistencialismo” nas ações do Fome Zero, são pautadas na comparação do programa do governo Lula com o programa governamental norte-americano *Food Stamps*; fazendo crer, que o Fome Zero resume-se à distribuição de cupons alimentares e/ou distribuição de alimentos. Porém, deve ser observado que a distribuição de cupons de alimentação, é apenas uma das 61 ações descritas no Projeto Fome Zero.

De acordo com Graziano, essa questão era uma das primeiras polêmicas do programa:

(...) nós demos exclusividade para a Folha de São Paulo, para a Vera Rosa, ela apresentou um resumo do projeto em 15 linhas e uma entrevista com o Suplicy [Senador Eduardo Suplicy], criticando o projeto em quase página inteira. E o Suplicy batia em uma proposta, uma do conjunto de sessenta e uma ações de Segurança Alimentar; o *Cartão Alimentação*, onde íamos dar um cupom do tipo *Food Stamps*. A idéia era do *Food Stamps*, copiada, escrachadamente do *Food Stamps*. E o Suplicy contrário, defendendo a proposta dele, de *Renda Mínima*. (Entrevista J. Graziano da Silva).

Seguindo-se a descrição de que o Fome Zero seria uma “política social equivocada” é apresentada uma série de adjetivos pejorativos destinados ao programa.

⁵⁵ Steinbruch, B. Desemprego zero. Folha de São Paulo, São Paulo, 04 fev. 2003, Dinheiro, p. b2.

⁵⁶ Unger, R. M. O salário é onde pega. Folha de São Paulo, São Paulo, 04 fev. 2003, Opinião, p. A2.

⁵⁷ Mendes, C. Lula e a fatura do futuro. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 mai. 2003, Opinião, p. A3.

Em crônica desta semana [...] aproveitei a oportunidade para criticar o programa Fome Zero. (...) É evidente que a fome é problema prioritário que exige solução do Estado, mas não através de uma cruzada emergencial, um mutirão piedoso, escorado na solidariedade e operado pela mobilização da sociedade. (...) Boa intenção à parte, os anúncios escancararam a fragilidade do programa, que cada vez mais se aproxima das campanhas assistenciais que arrecadaram cobertores para vítimas de enchentes e vacinas para surtos de meningite (Folha de São Paulo, 29/03/2003, coluna)⁵⁸.

A expectativa de que haveria idéias e projetos em estado avançado de formulação para dar conseqüências práticas às diversas linhas do discurso político frustrou-se com o lançamento do primeiro programa de impacto – o “Fome Zero”. Não foi preciso muito tempo para perceber que, por detrás da retórica assistencialista, à qual a sociedade entusiasticamente aderiu, não se encontrava um plano que representasse avanço significativo em relação aos programas de renda mínima anteriormente implantados (Folha de São Paulo, 31/07/2003, editorial)⁵⁹.

Em *Palpite infeliz* Carlos Heitor Cony – mais uma vez – utiliza-se de termos pejorativos para descrever o Fome Zero, segundo ele:“(…) *sou até chamado de “viúva de FHC” por achar o Fome Zero uma besteira*”. Referindo –se ao presidente Lula e ao seu principal programa social, tem-se:

(...) embora eu não tenha votado em nenhum candidato nesta última eleição presidencial, acho que ele está se saindo muito bem, com exceção da desastrada idéia do Fome Zero – que ele não mencionou um só vez nas quatro campanhas que disputou (Folha de São Paulo, 10/04/2003, coluna)⁶⁰.

Gilberto Dimenstein classifica o Fome Zero como “*assistencialismo*” na coluna publicada em 13 de abril de 2003: “(…) *Lula, para criticar programas sociais anteriores, criticou o assistencialismo; justo ele que fez do Fome Zero um exemplo de assistencialismo*” (Folha de São Paulo, 13/04/2003, coluna)⁶¹.

Vinicius Torre Freire - na matéria *Nada*⁶² -.afirma que o Fome Zero é: “*falido*” (Folha de São Paulo, 12/01/2004, coluna)⁶³.

A concepção e formulação do programa também foram alvos de críticas, chegando a ser afirmado por Luis Nassif:

⁵⁸Cony, C. H. A fome da fome. Folha de São Paulo, São Paulo, 29 mar. 2003, p. A2.

⁵⁹ Editorial. Desarmar a armadilha. Folha de São Paulo, São Paulo, 31 jul. 2003, Opinião, p. A2.

⁶⁰ Cony, C. H. Palpite infeliz. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 abr. 2003, Opinião, A2.

⁶¹ Dimenstein, G. Brasil, país de tolos? Folha de São Paulo, São Paulo, 13 abr. 2003, Cotidiano, p. C6.

⁶²Freire, V. T. Nada. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 jan. 2004, Opinião, p. A2.

⁶³Op. cit.

(...) o programa Fome Zero não existia até a véspera do primeiro discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, depois de eleito presidente. A saída encontrada foi tentar rebatizar os programas anteriores, joga-los debaixo do guarda-chuva genérico do Fome Zero e anunciar a integração das ações – fácil de falar, complexo de construir (Folha de São Paulo, 11/02/2003, coluna)⁶⁴.

Na perspectiva de José Graziano, o Fome Zero teria surgido no bojo das discussões de propostas de políticas públicas:

No Instituto Cidadania, nós trabalhávamos desde a derrota de 1994, na formulação de novas políticas públicas (...) então trabalhamos a questão da moradia popular, depois o projeto da segurança pública, a aí apareceu o projeto da fome, seguido de outros projetos de combate à pobreza. (Entrevista J. Graziano da Silva).

Ao ser questionada sobre as críticas sofridas pelo Fome Zero, Maya Takagi, nos afirma que o projeto já se encontrava disponibilizado para o debate público desde à década de 1990. Mas no entanto - segundo a ex-assessora técnica do MESA – os críticos de agora, nunca aproximaram-se das discussões com especialistas, movimentos sociais, e demais atores sociais em torno da questão da SAN. Dessa forma, tais críticas são entendidas como rasas e sem responsabilidade propositiva no que tange ao combate à fome e a miséria.

A afirmação de Takagi, encontra respaldo no artigo *Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada* de Flavio Valente (1997), no qual o autor descreve a importância da proposta apresentada pelo *Governo Paralelo* de uma política de segurança alimentar e nutricional para o Brasil.

Neste mesmo sentido, apresentamos a referência feita no Projeto Fome Zero (2001) à contribuição do *Governo Paralelo* na discussão do adequado acesso à alimentação:

Em outubro de 1991, o Governo Paralelo – organismo que antecedeu o Instituto Cidadania – elaborou e apresentou à sociedade uma Política Nacional de Segurança Alimentar – PNSA, que serviu de base para um debate nacional e participativo sobre o problema da fome e as formas de combatê-la. A proposta contida no programa era: “Garantir a segurança alimentar, assegurando que todos os brasileiros tenham, em todo momento, acesso aos alimentos básicos de que necessitam”. Para isso, a disponibilidade agregada nacional de alimentos deveria ser suficiente, estável, autônoma, sustentável e equitativamente distribuída (Instituto Cidadania, 2001: 09).

⁶⁴ Nassif, L. Excluídos com RG. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 fev. 2003, p. B3.

No mês de março de 2003, dentre as qualificações feitas ao Fome Zero, podemos descrever às seguintes: “*essência assistencialista*”⁶⁵ e “*embromação bem-intencionada*”⁶⁶.

Na reportagem *Wall Street perde o encanto com Lula* são transcritas avaliações de analistas de economia e investidores, dentre os quais, Paulo Vieira da Cunha - diretor do Banco HSBC -, o qual compreende: “(...) *como ‘mediócras ou equivocadas’ várias das ‘concepções e projetos’ do governo Lula. O ‘estrondoso’ Fome Zero é mal concebido*” (Folha de São Paulo, 31/07/2003, reportagem)⁶⁷.

As opiniões que são expressas pelos “agentes autorizados” pela Folha de São Paulo (Colunistas, jornalistas, etc) não apresentam elementos que possibilitem um claro entendimento das qualificações pejorativas destinadas ao programa governamental em questão, tendo em vista que não delimitados os parâmetros avaliativos que embasem tais críticas.

Elaine Cantanhêde afirma que defende o Fome Zero, contudo, essa tal defesa não é tão clara em sua coluna, na qual ela afirma:

O programa, que todos imaginavam já pronto, detalhado e com equipe definida, não era nada disso. Enveredou por fórmulas atrasadas, mereceu críticas dos maiores experts, continua sem recursos claros e sem equipe consolidada. Ninguém sabe para onde envia contribuições em alimentos ou em dinheiro. E Graziano ainda piora tudo falando besteira, com aquela coisa dos nordestinos. Nem é bom lembrar (Folha de São Paulo, 09/03/2003, coluna)⁶⁸.

Ainda em sua “defesa” do Fome Zero, Elaine Cantanhêde afirma que: “*Os empresários, ou financiadores, já perceberam. Lula e seus marqueteiros logo vão perceber também. E assim emagrecer de vez o Fome Zero, bela bandeira, péssima execução*” (Folha de São Paulo, 09/03/2003, coluna)⁶⁹.

Ao tratar da percepção difundida de que o Fome Zero consubstanciaria-se de uma grande operação de arrecadação e distribuição de gêneros alimentícios, nos afirma Graziano:

⁶⁵Cantanhêde, E. Zero a zero. Folha de São Paulo, São Paulo, 09 mar. 2003, p. A2.

⁶⁶Cony, C. H. Oportunidade perdida. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 mar. 2003, Opinião, p. A2.

⁶⁷ Canzian, F. Wall Street perde o encanto com Lula. Folha de São Paulo, São Paulo, 31 jul. 2003, Dinheiro, p. B1.

⁶⁸Cantanhêde, E. Zero a zero. Folha de São Paulo, São Paulo, 09 mar. 2003, p. A2.

⁶⁹Op. cit.

Era engraçado! Eu fui demitido várias vezes por não ter logística de distribuição de alimentos. A Elaine Cantanhêde me demitiu uma dúzia de vezes porque eu não cuidava da logística de distribuição de alimentos, e o Fome Zero nunca teve um programa de arrecadação de alimentos. O que nós fizemos, foi apoiar a iniciativa privada que fazia isso, mas deixando claro que eles tinham de arcar com a logística de distribuição (Entrevista J. Graziano da Silva).

Em entrevista, a economista Lena Lavinias afirma sobre o programa Fome Zero:

Pela primeira vez, o governo brasileiro dispõe de uma política de segurança alimentar que trata, de forma integrada e coerente, da questão alimentar e nutricional no país, abordando o lado da oferta, da demanda e os aspectos de saúde pública e cidadania. Mais do que a novidade da proposta, o governo mostra-se comprometido com um enfoque distinto na formulação das políticas públicas. O Brasil nunca teve, até hoje, uma política de segurança alimentar, constituída por distintos programas, voltados para aspectos estruturais e imediatos da questão (Folha de São Paulo, 06/02/2003, entrevista)⁷⁰.

Quando questionada se existia o risco do Fome Zero tornar-se um programa de cunho assistencialista, a economista responde que:

O programa está sendo visto neste momento apenas através do seu aspecto emergencial, quando é muito mais que isso. Pouca atenção tem sido dada à dimensão regulatória do programa, embora a proposta do governo seja bastante clara quanto aos seus possíveis impactos. E, nesse sentido, mais do que um programa Fome Zero, trata-se de um programa de segurança alimentar, que no médio e longo prazos, tende a beneficiar a todos os segmentos da população, contribuindo para uma redução dos preços dos alimentos e para garantia da sua qualidade através de um controle sanitário sistemático, entre outras vantagens (Folha de São Paulo, 06/02/2003, entrevista)⁷¹.

Luis Nassif desqualifica tanto o material produzido em outubro de 2001 (projeto) quanto a abordagem de Lena Lavinias acerca do programa Fome Zero.

(...) são surpreendentes afirmações com a da professora Lena Lavinias, na Folha de quinta, de que, 'pela primeira vez, o governo brasileiro dispõe de uma política de segurança alimentar que trata, de forma integrada e coerente, da questão alimentar e nutricional no país, abordando o lado da oferta, da demanda e aspectos de saúde

⁷⁰ Barros, G. Economista da OIT elogia concepção do Fome Zero. Folha de São Paulo, São Paulo, 06 fev. 2003, Brasil.

⁷¹ Op. cit.

pública e cidadania'. Deve ter arrancado boas gargalhadas da própria equipe do Fome Zero (Folha de São Paulo, 11/02/2003, coluna)⁷².

Outro ponto que podemos chamar a atenção é descrição de que os gestores do Fome Zero são “*inexperientes*”, fato este que merece demasiados cuidados segundo Nassif.

Gilberto Dimenstein também afirma existir: “*amadorismo do plano contra a fome*”⁷³.

Fez se constante a premissa de que o Fome Zero instituíria-se enquanto fruto da elaborações de propagandistas. Para Carlos Heitor Cony, o Fome Zero seria: “*uma causa simpática, mas altamente demagógica*”⁷⁴.

Em sua coluna de 25 de março de 2003, Carlos Heitor Cony afirma que: “*Com o mesmo entusiasmo que critico o Fome Zero lançado pelo presidente da República, programa que até agora não deslanchou e começa a gastar mundos e fundos num a publicidade suspeita (...)*” (Folha de São Paulo, 25/03/2003, coluna)⁷⁵.

Não sei até que ponto o lançamento do Fome Zero não passou de uma jogada de marketing, soprada por algum marqueteiro ao ouvido presidencial nas primeiras horas de governo para ocupar espaços na mídia (Folha de São Paulo, 03/04/2003, coluna)⁷⁶.

O Editorial⁷⁷ *Sem norte político* afirma que Lula desfruta de alta popularidade no início do governo em decorrência do “*apelo caridoso e benemerente do Fome Zero*”, o qual é incessantemente divulgado na mídia.

Dimenstein diz que o Fome Zero: “[**cuja**] consistência se assemelha à *desnutrição brasileira*” é: “*(...) um programa que, desde o seu início, apresentou falhas estruturais, além de um óbvio e monumental apetite de marketing*” (Folha de São Paulo, 16/03/2003, coluna)⁷⁸.

(...) o Fome Zero, como idéia, foi uma jogada de marketing desnecessária para quem já tinha lugar na mídia desde os tempos das greves do ABC. E, como realização de

⁷² Nassif, L. Excluídos com RG. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 fev. 2003, p. B3.

⁷³ Dimenstein, G. Graziano e os novíssimos baianos. Folha de São Paulo, São Paulo, 16 fev. 2003, p. C6.

⁷⁴ Cony, C. H. Pisada na bola. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 fev. 2003, p. A2.

⁷⁵ Cony, C. H. Ponto para Lula. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 mar. 2003, p. A2.

⁷⁶ Cony, C. H. O Zero e a fome. Folha de São Paulo, São Paulo, 03 abr. 2003, Opinião, p. A2.

⁷⁷ Sem norte político. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 fev. 2003, p. A2.

⁷⁸ Dimenstein, G. A culpe é do Lula. Folha de São Paulo, São Paulo, 16 mar. 2003, Cotidiano, p. C8.

governo, está tropeçando, criando mais problemas do que soluções (Folha de São Paulo, 10/04/2003, coluna)⁷⁹.

Na segunda semana do mês de junho/2003, o editorial do dia 11/06 afirma que:

Desde antes da posse, o novo governo sabia perfeitamente que enfrentaria sérias dificuldades na economia, circunstância que poderia ser contrabalançada por programas sociais de impacto – entendendo-se por isso não apenas resultados práticos imediatos mas também efeitos de marketing. Foi o que se tentou fazer com o lançamento do problemático Fome Zero e é o que está sendo cobrado agora de diversos ministros (Folha de São Paulo, 11/06/2003, editorial)⁸⁰.

Discutindo sobre as abordagens de intelectuais brasileiros acerca da questão social no país, Vinicius Torres Freire, afirma que: “*O crioulo miserável até agora não recebeu de Lula mais do que a esmola marqueteira do Fome Zero*” (Folha de São Paulo, 11/08/2003, coluna)⁸¹.

Carlos Heitor Cony discorre sobre o Fome Zero:

Não costumo dar muita bola para pesquisas e estatísticas, mas não precisava ser exatamente um sábio ou um técnico para prever que o carro-chefe do PT, desfilando na passarela pública desde os primeiros dias de governo, foi mera jogada de marketing para encher o vazio dos primeiros dias da nova administração (...) Devemos lamentar o dinheiro gasto numa operação complicada e estéril, o discurso inútil daqueles que defendem o programa. Devemos lamentar, principalmente, o oportunismo demagógico que o criou (Folha de São Paulo, 04/11/2003, coluna)⁸²

O presidente do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), José Aníbal referindo-se ao Ministério da Saúde, ao Incra e ao Fome Zero; afirma que os cargos no governo petista foram ocupados por pessoas alheias ao campo técnico e profissional: “*O critério de nomeações não foi técnico, profissional, foi só ideológico*”⁸³.

O editorial do dia 21 de abril alega que o Fome Zero é apenas mais um programa que no final das contas, servirá apenas para a dispersão da política social:

⁷⁹ Cony, C. H. Palpite infeliz. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 abr. 2003, Opinião, A2

⁸⁰ Editorial. Mudança ministerial. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 jul. 2003, Opinião, p. A2.

⁸¹ Freire, V. T. Ricos, pobres e intelectuais. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 ago. 2003, Opinião, p. A2.

⁸² Cony, C. H. O custo do Fome Zero. Folha de São Paulo, São Paulo, 04 nov. 2003, Opinião, p. A2.

⁸³ Cantanhêde, E. PSDB e PFL subirão tom de oposição. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 fev. 2003, Brasil, p. A5.

No frígir dos ovos, trata-se de mais um programa a necessitar de uma burocracia específica e de um cartão para pagar aos beneficiários também específicos; portanto, a compor o quadro de dispersão dos projetos sociais do governo federal (Folha de São Paulo, 21/04/2003, editorial)⁸⁴.

Porém nem todos crêem no desmérito do programa. Em coluna publicada em 09 de fevereiro, Jacques Diouf, diretor geral da FAO/ONU, elogia a iniciativa do governo Lula e apóia as iniciativas do Fome Zero.

Os conceitos sobre os quais se baseia o Fome Zero são inteiramente válidos. O programa reconhece que as rendas baixas são a causa principal da fome crônica e, portanto, fornece um suplemento à renda dos pobres, por meio de um sistema de cartão de débito (Folha de São Paulo, 09/02/2003, coluna)⁸⁵.

E segundo Maria Yazbek:

A proposta apresentada ao debate público, em outubro de 2001, em um documento de 132 páginas, foi elaborada pelo Instituto Cidadania, sob a coordenação de José Graziano da Silva (ex-ministro do recém extinto Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome), com a participação de representantes de ONGs, institutos de pesquisa, sindicatos, organizações populares, movimentos sociais e especialistas vinculados à questão da segurança alimentar no país. Partindo da concepção de que o direito à alimentação deve ser assegurado pelo Estado, apresentou-se como principal objetivo a formulação de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional para a população brasileira” (Yazbek, 2004: 106).

Tendo em vista o conjunto de elementos teóricos presentes na formulação do Fome Zero, não compreendemos o porquê de tamanhas críticas à concepção do programa, tendo em vista que o mesmo é resultado de debates travados pelos distintos atores sociais. Debates estes que não cessam após o lançamento do Programa Fome Zero, pois a partir da reativação do CONSEA, o qual compreendemos enquanto espaço institucional, onde os diferentes segmentos sociais têm a possibilidade de vocalização de seus anseios e objetivos no que tange a implantação de uma política nacional de segurança alimentar e nutricional.

Referindo-se ao CONSEA, Silva & Takagi (2004: 19), compreendem que a participação da sociedade civil é de suma importância na construção de ações que possibilitem o enfrentamento das desigualdades sociais.

⁸⁴ Editorial. Dispersão social. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 abr. 2003, Opinião, p. A2.

⁸⁵ Diouf, J. O Brasil pode vencer a guerra contra a fome. Folha de São Paulo, São Paulo, 09 fev. 2003, p. A3.

Dessa forma, entendemos que as matérias relacionadas com o CONSEA possuem grande impacto simbólico, na medida em que tal Conselho figura enquanto espaço de interlocução entre sociedade civil e Estado.

Zilda Arns mereceu destaque na edição do dia 31 de janeiro, na reportagem *Integrantes do CONSEA criticam pontos do projeto*⁸⁶, onde é apresentada crítica da coordenadora nacional da Pastoral da Criança à comprovação de gastos por parte dos beneficiários do programa. O bispo de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli, teve suas críticas ao programa Fome Zero publicadas na data de 08 de fevereiro.

(...) Dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias e integrante destacado do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, estende ao governo o diagnóstico que faz para o Fome Zero: a um e ao outro falta planejamento (Folha de São Paulo, 18/03/2003, coluna)⁸⁷.

Na reportagem *Lula culpa equipe por falhas no Fome Zero* (Folha de São Paulo, 26/03/2003), Gabriela Athias, afirma que:

O Fome Zero já foi criticado pelo menos uma vez pela coordenadora nacional da Pastoral da Criança, Zilda Arns, e com mais freqüência pelo bispo de Duque de Caxias, dom Mauro Morelli, dois membros do Consea (Folha de São Paulo, 26/03/2003, reportagem)⁸⁸.

Em sua coluna, Carlos Heitor Cony critica – mais uma vez – o Fome Zero. Para sua abordagem, o colunista apresenta as críticas de David de Ferranti (Vice-Presidente do BIRD⁸⁹) e de Mauro Morelli (CONSEA).

Enquanto o vice-presidente do Bird critica a questão pelo lado técnico – dificuldades de faturas, recibos, notas fiscais, uma burocracia complicadíssima que não matará a fome de ninguém, mas criará um monstruoso mercado negro -, o bispo de Duque de Caxias faz o papel daquela criança que viu o rei nu: disse que não gosta quando vê o governo recolhendo alimentos e doações (...) em nenhum momento da campanha eleitoral, aliás, de quatro campanhas eleitorais, incluindo as anteriores em que foi derrotado, Lula nunca falou neste Fome Zero (...) Tudo bem se não custasse nada. Mas começa a custar pela montagem de uma infra-estrutura em âmbito ministerial, além da perda de energia e de tempo de um governo que deveria combater a fome e

⁸⁶ Suwwan, L. Integrantes do Consea criticam pontos do projeto. Folha de São Paulo, São Paulo, 31 jan. 2003, Brasil, p. A5.

⁸⁷ Freitas, J. O que falta. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 mar. 2003, Brasil, p. A7.

⁸⁸ Athias, G. Lula culpa equipe por falhas no Fome Zero. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 mar. 2003, Brasil, p. A9.

⁸⁹ Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Também conhecido como Banco Mundial

a miséria com reformas que só o Estado pode promover, deixando a caridade para os caridosos (Folha de São Paulo, 03/04/2003, coluna)⁹⁰.

Constatou-se no decorrer da análise da cobertura midiática, que dos 62 conselheiros do CONSEA, apenas 2 tiveram espaço privilegiado no jornal em questão: Zilda Arns e Mauro Morelli.

Acreditamos que o espaço ocupado por esses 2 conselheiros, deu-se em decorrência de suas abordagens – incisivamente negativas – sobre o Programa Fome Zero.

Além da notoriedade dada aos referidos conselheiros, destacamos a descrição feita por Luiz Nassif, na coluna *Para salvar o Fome Zero*, onde apresenta-se crítica ao CONSEA:

A última reunião, melhor dizendo, assembléia do Consea, o Conselho do Fome Zero, durou nove horas. Houve momentos de puro transe, quando a preclara ex-senadora Maria Emilia ocupou precisos 21 minutos para discutir qual seria a data ideal para comemorar o Dia da Mulher, além de conclamar uma mudança na língua, para interromper o domínio das expressões genéricas do gênero masculino (...) Depois, outras dezenas de minutos para dom Mauro Morelli desancar frei Betto. E outro tanto para frei Betto brilhar. Sem contar as dezenas de intervenções de dona Zilda Arns distribuindo reprimendas a torto e a direito, além de uma inútil discussão sobre a safra de 2003 (...) Resultado geral do comício, perdão, da assembléia, perdão, do conselho: um festival de vaidades em busca de palanque, e sem nenhuma conclusão objetiva. Na outra ponta, doações não podendo ser utilizadas por falta de aparato legal, federações, empresas, órgãos públicos, um amplo voluntariado à disposição, sem poderem ser aproveitados por excesso de burocracia e falta de planejamento (Folha de São Paulo, 18/03/2003, coluna)⁹¹.

O acervo de críticas – quase nunca embasadas em aspectos técnico-metodológicos – é extenso. Na coluna *O ser humano não falha*⁹² de Danuza Leão, tem uma abordagem conservadora de aspectos relativos à política social (em dada medida nos remete à uma semelhança com a política social nos EUA), além de apresentar uma visão caricata do Fome Zero.

O programa Fome Zero está dando tanta confusão que até eu, que não tenho nada com isso, vou me meter. Fico pensando nos paupérrimos habitantes que vemos em fotos nos jornais, recebendo R\$ 50 por mês. É pouco? Menos do que pouco: é pouquíssimo. Mas, para quem não tinha nada, já é alguma coisa (...) quem recebe R\$ 50 para não fazer nada vai continuar não fazendo nada e não aprende a lição: que, para se tornar um cidadão de verdade, é preciso trabalhar. Mas trabalhar em que, se

⁹⁰Cony, C. H. O Zero e a fome. Folha de São Paulo, São Paulo, 03 abr. 2003, Opinião, p. A2.

⁹¹Nassif, L. Para salvar o Fome Zero. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 mar. 2003; Dinheiro, p. B3

⁹² Leão, D. O ser humano não falha. Folha de São Paulo, São Paulo, 06 abr. 2003, Cotidiano, p. C2.

em alguns desses municípios nem água existe? Imagino que, para furar um poço, sejam necessárias máquinas, mas mesmos assim algum trabalho humano deve ser preciso. Para receber esse dinheirinho, essas pessoas deveriam ter a obrigação de prestar algum serviço, tipo ajudar a furar o poço, organizar para que uma das mães tome conta das crianças enquanto as outras vão para a roça, plantar umas árvores (as que quiserem, do jeito que quiserem) nas cidades em que houver água ou onde passe um rio, varrer as ruas nas que sofrem da seca – enquanto a água não chega -, cuidar de um galinheiro (o que não é tão difícil) e outras coisas que não me ocorrem porque eu não trabalho no Fome Zero, mas que quem trabalha deve saber (...) Diante de tanta miséria, pode parecer absurdo, mas o assistencialismo do governo está dando uma má lição a essas pessoas. Se sem precisar se mexer, no fim do mês, o dinheiro vai pingar, quem vai querer fazer alguma coisa? (Folha de São Paulo, 06/04/2003, reportagem)⁹³.

Contudo a “contrapartida” proposta por Danuza Leão, não está em consonância com as diretrizes apresentadas no Programa Fome Zero. Thais Franceschini aponta que:

(...) deve-se também ressaltar que um aspecto bastante positivo do *Programa Fome Zero* com relação (...) **[ao]** *Bolsa Família*, ao condicionar a transferência de renda ao acesso à direitos sociais básicos - saúde, educação, alimentação e assistência social - vêm dando um importante passo no sentido de promover uma busca pela interdependência dos direitos humanos (Franceschini, 2004: 35).

Em muitos casos, tem-se a descrição do Fome Zero como um programa pouco inovador. Em alguns casos, os redatores criticam o programa do governo Lula, afirmando – sem uma descrição mínima detalhada – que o mesmo é apenas uma imitação de ações anteriormente desenvolvidas por outros governos – em especial o de FHC.

O editorial do dia 31 de março faz uma avaliação dos 90 dias do governo Lula, no qual apresentam:

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva vive hoje o seu 90º dia. Até o momento, é possível dizer que a nova coalização governista ainda não encontrou um rumo político. Ainda não existe um projeto de governo propriamente dito, imersa que está numa confusão de iniciativas e na frustração de expectativas sobre a sua principal promessa inicial, o Programa Fome Zero (Folha de São Paulo, 31/03/2003, editorial)⁹⁴.

No setor social, a frustração foi maior. Uma das maneiras que o governo encontrou de tentar fazer com que o público 'compreendesse' a dificuldade de realizar mudanças drásticas na economia foi, justamente, prometer uma gestão inovadora no social, de cujo símbolo maior seria o Fome Zero. O programa, porém, retrocede para práticas assistencialistas e paternalistas e até hoje não conseguiu consenso nem

⁹³ Leão, D. O ser humano não falha. Folha de São Paulo, São Paulo, 06 abr. 2003, Cotidiano, p. C2.

⁹⁴ Editorial. Noventa dias. Folha de São Paulo, São Paulo, 31 mar. 2003, Opinião, p. A2.

mesmo entre os governistas (...) o Fome Zero se revelou pouco inovador e mal estruturado, repleto de trapalhadas operacionais e envolto em uma retórica a meio caminho entre o neo-assistencialismo das ONGs e a inspiração propriamente messiânica. A mobilização que suscita não é muito distinta da que vemos nesses megashows caritativos – do tipo Teletom e Criança Esperança (Folha de São Paulo, 03/04/2003, coluna)⁹⁵.

Em 04 de abril, é publicada matéria que trata de um seminário realizado em Washington (EUA), no qual se propunha fazer uma avaliação dos primeiros cem dias do governo Lula da Silva. Com relação ao programa prioritário do governo federal, é descrito que o Fome Zero não apresenta novos elementos à concepção de política pública.

Uma das discussões levantadas no seminário foi a oportunidade e o “ineditismo” do programa Fome Zero e o compromisso com os pobres assumido pelo PT. O cientista político Luis Bitercourt, diretor do The Wilson Center, de Washington, e professor da Georgetown University, disse que “não há nada de novo” no projeto petista. “O governo Fernando Henrique tinha 17 programas do tipo, Fernando Collor se elegeu falando aos descamisados e até José Sarney tinha o seu programa do leite”, disse (Folha de São Paulo, 04/04/2003, reportagem)⁹⁶.

Críticas do PSDB destinadas ao Fome Zero e ao governo Lula, são noticiadas em duas reportagens no dia 09 de abril: Na reportagem *Governo Lula (cem dias): Ilusão vence esperança, diz PSDB*⁹⁷ é apresentada a seguinte: “Na área social, os tucanos dizem que o Fome Zero tem “erro fatal de concepção: confundir falta de renda com falta de alimento””.

Na outra reportagem – *Governo Lula (cem dias): oposição aponta retrocesso e paralisia*⁹⁸ – é descrito que: “Os tucanos declaram (...) que o principal programa social, o Fome Zero, não passa de contas bancárias”.

Numa terceira reportagem, destinada à avaliação dos primeiros cem dias de Lula como presidente, descreve-se que a distribuição de cestas básicas:

(...) é uma novidade da política social de Lula e o maior indício de um eventual retrocesso no que deveria ser a vitrine do governo petista, que começou marcada por uma série de confusões – operacionais, políticas e de concepção (...) No Brasil, as

⁹⁵Barros, F. B. Em obras? Folha de São Paulo, São Paulo, 03 abr. 2003, Opinião, p. A2.

⁹⁶ Canzian, F. EUA são contra otimismo exagerado e FMI vê avanço na aprovação da PEC. Folha de São Paulo, Brasil, p. A6.

⁹⁷ Governo Lula (cem dias): Ilusão vence esperança, diz PSDB. Folha de São Paulo, São Paulo, 09 abr. 2003, Brasil, p. A12.

⁹⁸ Costa, R. & Ulchôa, R. Governo Lula (cem dias): Oposição aponta retrocesso e paralisia. Folha de São Paulo, São Paulo, 09 abr. 2003, Brasil, p. A12.

cestas básicas – sinônimo de assistencialismo – deixaram de ser distribuídas no final de 2000 para dar lugar a programas de transferência de renda: dinheiro na mão da população pobre para comprar o que bem entendesse. Na maioria dos casos, o dinheiro comprou alimentos (...) A volta disfarçada da cesta básica se deu na forma do Cartão-Alimentação, principal novidade do Fome Zero. Inspirado no quase quarentão Food Stamp norte-americano, o Fome Zero, fixou o valor de R\$ 50 por família e determinou que o dinheiro só poderá ser usado na compra de comida. Segundo seus idealizadores “um atalho para combater a pobreza”, o programa de Lula parece ter dificuldades para deslanchar – além de ser criticado por especialista em política social (Folha de São Paulo, 09/04/2003, reportagem)⁹⁹.

Em 15 de março é publicado o Editorial *Curto-circuito social*, no qual se faz alusão ao Fome Zero enquanto distribuição de cestas básicas: “*Não se discute aqui a complexidade [...] nem a necessidade de tornar o Fome Zero mais amplo do que a distribuição de cestas básicas*” (Folha de São Paulo, 15/03/2003, editorial)¹⁰⁰.

Na coluna assinada por Ted Goertzel¹⁰¹ é afirmado que o Fome Zero é similar ao programa *Food Stamps*, na tentativa de reafirmar um – pressuposto – cunho assistencialista do programa.

Segundo Ted Goertzel, as ações do Fome Zero, não são de forma alguma inovadoras, sendo que o mesmo considera que no governo FHC já eram desenvolvidas ações de combate à fome. Segundo Goertzel, Lula: “(...) *anunciou uma campanha Fome Zero moldada no programa norte-americano de selos-alimentação, sem nem sequer mencionar que o governo de Fernando Henrique estava instituindo programas inovadores de combate à fome e à pobreza*” (Folha de São Paulo, 13/04/2003, coluna)¹⁰².

No entanto, essa noção não é defendida por todos. Flavio Valente no estudo *A política de insegurança alimentar e nutricional*, afirma, ao discorrer sobre o desenvolvimento de ações de combate à fome na gestão de FHC (1995 a 2002):

É uma ingrata tarefa tentar analisar a evolução da execução orçamentária de um conjunto de programas que comporiam uma política que, na realidade nunca existiu no nosso país, uma política de segurança alimentar (e nutricional). O próprio conceito de segurança alimentar (e nutricional) continua em disputa, tanto em nível nacional como internacional. Mesmo o novo governo federal que definiu a promoção da segurança alimentar e nutricional como uma de suas metas

⁹⁹Salomon, M. Governo Lula (cem dias): Fome Zero engasga e área social, desordenada, patina. Folha de São Paulo, São Paulo, 09 abr. 2003, Brasil, p. A11.

¹⁰⁰Editorial. Curto-circuito social. Folha de São Paulo, São Paulo, 15 mar. 2003, Opinião, p. A2.

¹⁰¹ Professor universitário - Rutgers University, Nova Jersey (EUA) - e autor de *Fernando Henrique e a Reconstrução da Democracia no Brasil*.

¹⁰² Goertzel, T. Por que Lula deve um pedido de desculpas a FHC. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 abr. 2003, Brasil, p. A12.

programáticas prioritárias continua a se debater com diferentes abordagens ao tema (Valente, 2004: 393).

As possibilidades de leitura da realidade socioeconômica brasileira estão intimamente vinculadas às concepções ideológicas dos distintos grupos políticos. Esse fato merece destaque ao compreendermos o Fome Zero enquanto uma resposta à questão social no país.

Neste sentido, a divulgação de preceitos – infundados - acerca do Fome Zero é amplamente observada nas abordagens de figuras públicas que fazem disputas político-partidárias com os idealizadores e colaboradores do Fome Zero.

Referindo-se aos críticos do Fome Zero, é descrito:

Há aqueles que [...] consideraram insuficiente o que foi realizado no primeiro ano e na nossa opinião, essa postura está relacionada à excessiva expectativa criada e muitas vezes fabricada sobre o programa, que sempre foi colocado como de implantação a médio prazo, refletindo muitas vezes a disputa político-partidária que o programa foi objeto (Silva & Takagi, 2004: 12).

Na coluna *Lula chefia governo de idéias novas e boas*, Josias de Souza descreve que uma cena ocorrida em Brasília; onde um ex-auxiliar do presidente Fernando Henrique Cardoso, apresenta a seguinte “análise” do governo Lula:

Ex-auxiliar de FHC conjeturava com parlamentares tucanos sobre o petismo. “Acho que o governo Lula tem programas novos e bons”. A mesa franziu o cenho. Explicou-se: “Os planos novos, como o Fome Zero, não são bons; e os planos bons, como a austeridade econômica, não são novos”. Gargalharam (Folha de São Paulo, 16/03/2003, coluna)¹⁰³.

A jornalista Eliane Cantanhêde tem 02 matérias publicadas na edição de 18 de março; em ambas matérias são dirigidas críticas à equipe gestora do programa: “(...) *a equipe de Graziano não aceita admitir méritos nos programas sociais de FHC*” (Folha de São Paulo, 18/03/2003, coluna)¹⁰⁴.

Julia Dualibi relata a divulgação de documento elaborado pelo PSDB, no qual o partido social democrata avalia os 6 primeiros meses de gestão petista.

¹⁰³Souza, J. Lula chefia governo de idéias novas e boas. Folha de São Paulo, São Paulo, 16 mar. 2003, Brasil, p. A17.

¹⁰⁴Cantanhêde, E. Fome Zero toma ações já realizadas por outras pastas. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 mar. 2003, Brasil, p. A5.

“Além de chamar o Fome Zero de ‘fiasco’, o documento afirma que é ‘lerda’ a inovação dos programas sociais, mas que há ‘agilidade para manipular eleitoralmente a assistência à pobreza” (Folha de São Paulo, 16/07/2003, reportagem)¹⁰⁵.

As críticas oriundas do PSDB, também foram noticiadas em 18 e 19 junho, onde é descrito que: *“Os tucanos atacaram também a área social, a saúde e o Fome Zero, criticado pelo atraso de sua implantação”* (Folha de São Paulo, 18/07/2003, reportagem)¹⁰⁶.

“Em documento divulgado na terça-feira, a direção do PSDB qualificou como “decepcionante”, “incoerente”, “confuso” e “fisiológico”, entre outros adjetivos demeritórios, o primeiro semestre do governo de Luiz Inácio Lula da Silva” (Folha de São Paulo, 19/07/2003, editorial)¹⁰⁷.

De acordo com Gilberto Dimenstein acerca da gestão petista:

(...) na área social, suposta especialidade do Partido dos Trabalhadores, nada apresentou que fugisse da mesmice. Pior: no caso do Fome Zero, retrocedeu; a ofensiva contra a desnutrição está marcada pelo viés mercadológico e assistencialista (Folha de São Paulo, 24 /08/2003, coluna)¹⁰⁸.

A senadora Lúcia Vânia, encarregada da assistência social no governo do PSDB, acusou o PT de querer apagar o que foi feito e de desativar programas sociais da gestão passada, enquanto o Fome Zero, principal proposta petista no setor, não teria saído do lugar (Folha de São Paulo, 17 /10/2003, reportagem)¹⁰⁹.

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) faz uma análise da reforma tributária no que tange ao setor agropecuário. De acordo com o senador, o acesso à alimentação pode tornar-se mais difícil tendo em vista que os gêneros alimentícios tornariam-se mais caros em decorrência da elevação das taxas sobre insumos agrícolas. Nesta perspectiva, Bornhausen afirma que o Fome Zero seria uma arma publicitária.

A ironia está no fato de que justamente o governo, instituidor do Fome Zero, seu cavalo-de-batalha publicitário, ameaça tornar economicamente inviável a produção

¹⁰⁵ Dualibi, J. Gestão Lula é confusa e fisiológica, diz PSDB. Folha de São Paulo, São Paulo, 16 jul. 2003, Brasil, p. A9.

¹⁰⁶ PSDB ironiza espetáculo do crescimento. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 jul. 2003, Brasil, p. A8.

¹⁰⁷ Editorial. Lamento tucano. Folha de São Paulo, São Paulo, 19 jul. 2003, Opinião, p. A2.

¹⁰⁸ Dimenstein, G. Gravidez também é epidemia. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 jul. 2003, Cotidiano, p. C6.

¹⁰⁹ Programa do PSDB cobra promessas de Lula. Folha de São Paulo, São Paulo, 17 out. 2003, Brasil, p. A8.

dos alimentos básicos da dieta do povo brasileiro, como feijão e arroz (Folha de São Paulo, 17/10/2003, coluna)¹¹⁰.

Josias de Souza afirma que:

Lula trocou a enganação do Comunidade Solidária pela empulhação do Fome Zero. Por outro lado, manteve intocada a perversa distribuição de renda que fossiliza na miséria a malta que o elegeu (Folha de São Paulo, 09/11/2003, coluna)¹¹¹.

Em sua coluna do dia 11 de novembro, Carlos Heitor Cony refere oportunismo no Fome Zero:

Respeitamos pessoas como Frei Betto e Oded Grajew, que estão mergulhados até os cotovelos no Fome Zero. Não fazem parte do oportunismo que criou o programa. A luta deles é antiga na sinceridade e no esforço de melhorar a sociedade. Mas não é por aí que o governo irá acabar com o problema (Folha de São Paulo, 11/11/2003, coluna)¹¹².

Fazendo cobertura do 8º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Kennedy Alencar descreve algumas críticas oriundas do PSB, destinada ao partido aliado do governo Lula. Dentre tais críticas apresenta-se a seguinte declaração da Deputada Federal Luiza Erundina (PSB-SP):

Erundina atacou a área social ao prever maior cobrança sobre o governo nesse tema ano que vem. “O PSB deverá fazer mais pressão ano que vem, sobretudo nas políticas sociais ineficazes que o governo apresentou. O Fome Zero [programa de combate à fome do PT] é um paliativo” (Folha de São Paulo, 08/12/2003, reportagem)¹¹³.

Em coluna publicada no dia 21 de dezembro, Jorge Bornhausen (PFL-SC) afirma que a gestão petista não oferece dificuldades à oposição em apresentar os equívocos do governo Lula da Silva. Segundo o senador catarinense, o Fome Zero apresentou “trapalhadas”.

¹¹⁰ Bornhausen, J. Alimentos mais caros. Folha de São Paulo, São Paulo, 17 out. 2003, Opinião, p. A3.

¹¹¹ Souza, J. Lula 2003 vive seu primeiro ano de covarde. Folha de São Paulo, São Paulo, 09 nov. 2003, Brasil, p. A9.

¹¹² Cony, C. H. Doação e ação. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 nov. 2003, Opinião, p. A2.

¹¹³ Alencar, K. PSB cobra mudanças na política econômica. Folha de São Paulo, São Paulo, 08 dez. 2003, Brasil, p. A6.

A dificuldade da oposição no Brasil, hoje, não é identificar fraquezas e erros de varejo do governo – coisas que nunca se viram tanto nem tão bizarras neste país. Basta abrir os jornais. As crueldades do ministro Berzoini, as viagens da ministra Benedita, as trapalhadas do Fome Zero, a insensibilidade do ministro Palocci, penalizando a sociedade com a recusa da correção das tabelas do Imposto de Renda das pessoas físicas (Folha de São Paulo, 21/12/2003, coluna)¹¹⁴.

A reportagem *Ação do governo frustra promessas de Lula* apresenta:

O principal ícone da era petista, o Fome Zero, teve um início atabalhado, desde a sua concepção até a execução do programa. Acabou se revitalizando nos últimos meses do ano, depois de ser reestruturado pelo governo ((Folha de São Paulo, 26/12/2003, p. A7)¹¹⁵.

Gilberto Dimenstein, fazendo uma avaliação do primeiro ano de Lula na presidência do Brasil, descreve que: “(...) *com base em suas promessas de campanha, a nota seria zero*” (Folha de São Paulo, 28/12/2003, coluna)¹¹⁶.

O Fome Zero nasceu desnutrido, continua desnutrido e chegou a ressuscitar práticas antigas, como a distribuição de leite. Tal improvisação e falta de consistência fragilizaram a imagem de inovação social tão associada ao PT (Folha de São Paulo, 28/12/2003, coluna)¹¹⁷.

O deputado federal José Carlos Aleluia (PFL-BA) ao analisar o primeiro ano de Lula como presidente, afirma:

Concluídos 25% do tempo do mandato do presidente Lula – ou mais de 30% do tempo útil, se considerarmos as peculiaridades do último ano -, e a carga tributária, que já era alta, tende a ultrapassar 40% do PIB. O desemprego cresceu, a renda da população caiu, o crescimento da economia está próximo do zero. E o Fome Zero também está próximo do zero (Folha de São Paulo, 03/01/2004, coluna)¹¹⁸.

Em *O arrocho social*, José Serra faz críticas ao conjunto de ações tomadas pelo governo petista. Ao descrever o Fome Zero:

¹¹⁴Bornhausen, J. Por que votei “não”. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 dez. 2003, Opinião, p. A3.

¹¹⁵Ação do governo frustra promessas de Lula. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 dez. 2003, p. A7.

¹¹⁶Dimenstein, G. Lula foi bem. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 dez. 2003, p. C6.

¹¹⁷Op. cit.

¹¹⁸Aleluia, J. C Quando as pérolas não forem falsas. Folha de São Paulo, São Paulo, 03 jan. 2004, p. A3.

(...) exibia-se para o Brasil e para o mundo sedução do Fome Zero, um programa que já mudou muitas vezes e que ainda não se sabe o que é. suas ações nem sequer estão carimbadas no Orçamento, o que inviabiliza o acompanhamento do repasse de recursos. Até agora, o principal efeito do Fome Zero parece ter sido estatístico. Durante a campanha eleitoral, o PT afirmava que havia 50 milhões de famintos no Brasil. Chegando ao governo, esse número foi prontamente reestimado para 25 milhões (Folha de São Paulo, 19/01/2004, coluna)¹¹⁹.

É neste emaranhado de qualificações e descrições que encontramos o cerne das críticas destinadas aos mais distintos aspectos do Fome Zero. Decerto, a leitura aqui exposta nos oferece um panorama geral das informações que foram veiculadas pela *Folha de São Paulo*, no decorrer de quase um ano, correspondente ao período de lançamento oficial do Fome Zero - enquanto programa governamental - até a extinção do Gabinete do Ministério da Segurança Alimentar e Combate à Fome.

¹¹⁹Serra, J. O arrocho social. Folha de São Paulo, São Paulo, 19 jan. 2004, Opinião, p. A2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil a desigualdade social é um triste retrato de nossa realidade. Pressupondo que o alimento é uma riqueza, e que o ato de alimentar-se é um ato de apropriação da riqueza socialmente produzida, buscamos fazer uma leitura da questão social brasileira, partindo de um histórico das ações que objetivaram dar respostas à fome.

Compreendendo que a história nos auxilia na tomada de decisões futuras, discorreremos – em perspectiva histórica – sobre o conjunto das políticas sociais de alimentação e nutrição desenvolvidas no Brasil. Nesse contexto, o programa Fome Zero, instituído a partir da ascensão do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República; torna-se o capítulo atual dessa narrativa.

Em entrevista, Maya Takagi me relatou que o Programa Fome Zero não era a principal bandeira do então candidato Lula da Silva, contudo, a partir do primeiro pronunciamento após o resultado oficial da eleição, o Programa tornava-se o mais importante na agenda do presidente eleito, pois trazia à tona a questão da fome no país.

Ao priorizar o combate à fome, Luiz Inácio Lula da Silva recebeu muitas críticas, contudo, a discussão acerca do combate à fome e a promoção do acesso adequado à alimentação estava embasada no Projeto Fome Zero, o qual consubstanciava-se como uma proposta de Segurança Alimentar e Nutricional para o Brasil.

O Projeto Fome Zero era o resultado de diversos debates, a partir de distintos olhares sobre o quadro de miséria e pobreza que por fim vinculavam-se à situação de insegurança alimentar.

Muitos dos pressupostos apresentados no Fome Zero não foram assimilados com bons olhos por alguns setores da sociedade brasileira. Em muitos casos afirmavam que o Fome Zero tratava-se de uma proposta demagógica e/ou equivocada. Decerto, não compactuamos com essa noção.

Maya Takagi relata sua crença que muitos daqueles que se expressavam de forma negativa, ou mesmo pejorativa com relação ao Programa Fome Zero, o desconheciam, pois no período em que estava na gestão do Programa foi alvo de críticas infundadas.

No decorrer de nossa análise, observou-se que as abordagens ao Fome Zero eram em sua absoluta maioria, leituras rasas e descontextualizadas da questão em voga.

De acordo com a discussão pautada na dissertação de mestrado de Solimeo Luca (2003), os meios de comunicação tem papel fundamental na promoção do direito humano à alimentação. Neste âmbito, fundamentamos nossa leitura do projeto/programa Fome Zero entendendo que as relações sociais são historicamente referências a partir de embates pró e contra-hegemônicos. Essa noção pressupõe que no interior das sociedades, as relações de poder desenvolvidas pelos distintos atores sociais não são relações equilibradas.

Partindo da análise do montante das matérias selecionadas, observamos que o referido jornal, se postou claramente tendencioso em suas colocações frente ao programa de combate à fome do governo Lula. As referências ao Programa Fome Zero foram em sua imensa maioria de cunho negativo, com alusões e descrições que manifestavam teor pejorativo às ações do governo federal.

Acreditamos que o conjunto dessas críticas nada mais era do que uma tentativa de desmoralização do governo Lula e do Programa por ele implantado.

Ao entrevistar o ex-ministro José Graziano foi possível conhecer um pouco dos bastidores dessa tão famigerada onda de críticas destinadas ao principal carro-chefe do governo. Não se trata aqui de dizer que o Fome Zero atingiu o ápice de uma política pública de combate à fome.

Temos a compreensão de que o conjunto de atores sociais envolvidos na elaboração do referido Programa, trabalhou visando a constituição de um conjunto amplo de ações de cunho emergencial e estrutural que findassem na melhoria da qualidade de vida de camadas populacionais historicamente marginalizadas.

Temos a esperança de que o amplo debate em torno da segurança alimentar e nutricional é imprescindível para a construção de um modelo de desenvolvimento nacional que priorize a melhoria de metas sociais para toda a população em geral, em específico para as camadas palperizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, E. S. & TEIXEIRA, J. C. A. *Apresentação de trabalhos monográficos de conclusão de curso*. Universidade Federal Fluminense, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. – 7ª Ed.rev. Niterói: EdUFF, 2004. 80p.

ABREU, M. & SOIHET, R. (org.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ALMEIDA, M. S. R. *Uma reflexão sobre as possibilidades de leitores críticos dos meios de comunicação de massa – tanto visuais quanto textuais*. Florianópolis, 2002. 93f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção - área de concentração: Mídia e Conhecimento - ênfase em Tecnologia Educacional) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

ALVES, M. F. & OLIVEIRA, S. C. *O programa fome zero e sua divulgação na imprensa*. Trabalho de conclusão do curso. Graduação em Nutrição. Universidade Federal Fluminense, 2003.

AMORIM, S. T. S. P. *et al.* *A formação de pediatras e nutricionistas: a dimensão humana*. Revista de Nutrição da PUCCAMP, Campinas, v. 14, n. 2, p. 111-118, maio./ago., 2001.

BELIK, W. *et al.* *Políticas de combate à fome no Brasil*. São Paulo Perspectiva, vol.15, nº 4, p. 119-129, out. /dez., 2001.

BETTO, F. (org.). *Fome zero: textos fundamentais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 156p.

BOSI, M. L. M. & MERCADO, F. J. (orgs.). *Pesquisa qualitativa de serviços de saúde*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2004.

BOSI, M. L. M. *A nutrição na concepção científica moderna: em busca de um novo paradigma*. Revista de Nutrição da PUCCAMP, Campinas, v. 07, n. 1, p. 32-47, jan./jun., 1994.

BOURDIEU, P. *O campo científico*. In: ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

BOUZA, F. *La influencia política de los medios de comunicacion: mitos y certezas del nuevo mundo*. Publicado en El debate de la Comunicación, Edición preparada por Juan Benavides Delgado, Fundación general de la Universidad Complutense de Madrid/Ayuntamiento de Madrid, 1998. pp. 237-52.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Relatório de avaliação de programa: Programa Fome Zero*. Brasília, 2004. 88p.

CASTRO, J. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2000.

COSTA, N. S. C. *A formação do nutricionista: educação e contradição*. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

FERREIRA, A. B. H. *Miniaurélio Século XXI Escolar*. 4ª. Edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FLEURY, S. *Assistência médica previdenciária. Evolução e crise de uma política social*. Saúde em Debate. Revista do Centro Brasileiro de Estudo de Saúde (CEBES). N° 9. JAN/FEV/MAR. 1980.

FLEURY, S. *Estado sem cidadãos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

FRANCESCHINI, T. M. A. *O programa Fome Zero no Brasil: uma análise crítica sob uma perspectiva dos direitos humanos*. Monografia Prêmio IPEA 40 anos. 2004. 61p.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, *Dicionário de Ciências Sociais*. 2° ed. Rio de Janeiro, 1987.

GALEAZZI, M.A.M. (org.) *Segurança Alimentar e Cidadania*. Campinas, SP, Mercado das Letras, 1996.

GHISLENI, A. C. *A palavra do jornal: a construção da política no espaço dos editoriais*. Porto Alegre, 2003. 97f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

GOMES, A. M. C. *Burguesia e Trabalho. Política e Legislação social no Brasil. 1917-1937*. Rio de Janeiro: Editora Campus: 1979.

INSTITUTO CIDADANIA, *Projeto Fome Zero: Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil*. 3° versão, outubro de 2001.

KOIFMAN, L. *O modelo biomédico e a reformulação do currículo médico da Universidade Federal Fluminense*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. 08, n. 1, p. 48-70, mar./jun., 2001.

LABRA, M. E. *Política e saúde no Chile e no Brasil: contribuições para uma comparação*. Ciência & Saúde Coletiva, v. 6, n.2, p.361-376, 2001.

LEBOUTTE, A. *Jornalismo e interesses econômico-políticos. O caso das montadoras e o governo do PT em Zero Hora: 1999, o ano em que o jornal abandona o neoliberalismo e se torna "keynesiano"*. Porto Alegre, 2003. 312f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

LIMA, E. S. *Mal de fome e não de raça: gênese, constituição e ação política da educação alimentar*. Brasil 1394-1946. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 288 páginas.

LUCA, S. *The role of mass media in the promotion of the right to food and the agrarian reform in today's Brazil*. European Master on Human Rights and Democratisation. Université Libre de Bruxelles, Belgium, 2003.

LUSSANI, M. A. B. *O CR-P nas eleições de 1998 para o governo gaúcho: a vitória da contra-hegemonia*. Porto Alegre, 2003. 252f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.

MAIA, K. B. F. *Approche comparative de la fonction de mediateur de presse dans les quotidiens bresilien Folha de São Paulo e francais Le Monde*. Thèse pour le Doctorat en Sciences de l'Information et la Communication. Centre de Recherche sur les Médias. Université de Metz.

- MIGUEL, L. F. *Os meios de comunicação e a prática política*. Revista Lua Nova, N° 55-56, p. 155 -184. 2002.
- MINAYO, M. C. *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO. 4ª Ed. 1996.
- MIRANDA, G B. S. *Análise da evolução do conceito de segurança alimentar nas políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Nutrição. Universidade Católica de Brasília. Novembro. 2002.
- NAUROSKI, E. A. *O príncipe eletrônico: a mídia e os seus processos, estruturas e interfaces no relacionamento social, econômico, político e cultural*. Florianópolis, 2002. 106p. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção – área de concentração: Mídia e Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- OLIVEIRA, E. S. *A questão alimentar - nutricional na “Nova República”*. Discurso e Prática. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). 1994.
- PELIANO, A. M. M. & BEGHIN, N. *A nova experiência brasileira no combate à fome e à miséria*. Saúde em Debate. N° 40. p. 17-25. Setembro, 1993.
- PEREIRA, W. J. De O. *Le quotidien voilé. L’Affaire Collor de Mello dans le magazine brésilien Veja*. Thèse de Doctorat en sciences Sociales – Nouveau Régime. Université Paris V René Descartes Sorbonne, Paris, 1999. 488p.
- PINHEIRO, V. C. *Modelos de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica*. Planejamento e Políticas Públicas. Número 12, p. 63-88, jun./dez., 1995.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório do desenvolvimento humano 2004*.
- ROCHA, S. *Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil*. IPEA, 2000.
- SALAY, E. *Política de alimentação e nutrição: evolução das abordagens*. Revista Cadernos de Debate. NEPA/UNICAMP, Campinas, Vol. I, p. 1-19, 1993.
- SILVA, J. G. & TAKAGI, M. *Fome zero – Política pública e cidadania*. In: BOTELHO FILHO, F. B. (org.) *Fome zero – Políticas públicas e cidadania*. Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, v. 4, n. 14, 2004. 135p.
- SOCIAL WATCH. Social watch 2003.
- SPINELLI, M. A. S. & CANESQUI, A. M. *O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 – 1995)*. Revista de Nutrição da PUCCAMP, Campinas, v. 15, n. 1, p. 105-117, jan./abr., 2002.
- UCHIMURA, K. Y. & BOSI, M. L. M. *Programas de comercialização de alimentos: uma análise das modalidades de intervenção em interface com a cidadania*. Revista de Nutrição da PUCCAMP, Campinas, v. 16, n. 4, p. 387-397, out./dez., 2003.
- VALENTE, F. L. S. (org.). *Direito humano à alimentação: desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez, 2002.
- VALENTE, F. L. S. (org.). *Fome e desnutrição: determinantes sociais*. São Paulo: Cortez, 1986.

VALENTE, F. L. S. *A política de insegurança alimentar e nutricional* in ROCHA, D. & BERNARDO, M. (org.). *A era FHC e o governo Lula: transição?* Cap. 12, p. 393-420. 2004.

VALENTE, F. L. S. *Inserção de componentes de alimentação e nutrição nas políticas governamentais e na estratégia nacional de desenvolvimento*. Relatório final TCP/BRA/4453. Brasília, FAO, 1996.

VALENTE, F.L.S. *Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada*. Revista de Nutrição. PUCCAMP, Campinas, v. 10, n. 1, p. 20-36, jan/jun., 1997.

VASCONCELOS, F. A. G. *A política social de alimentação e nutrição no Brasil: acumulação de capital e reprodução da fome/desnutrição. Do Estado Novo à Nova República*. João Pessoa, 1988. 207p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal da Paraíba, 1988.

VASCONCELOS, F. A. G. *Avaliação nutricional de coletividades*. 3º edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

VASCONCELOS, F. A. G. *O nutricionista no Brasil: uma análise histórica*. Revista de Nutrição da PUCCAMP, Campinas, v. 15, n. 2, p. 127-138, maio/ago., 2002.

VIANNA, M. L. W. *Desproteção: Outra face da pobreza*. Presença. Revista de Política e Cultura. Pp.57-69, nº 18. Junho de 1992.

WALLERSTEIN, I. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1985.

YAZBEK, M. C. *O programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras*. São Paulo Perspectiva, vol.18, nº 2, p. 104-112, 2004.